

EMS S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Diretoria e aos Acionistas da
EMS S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EMS S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da EMS S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Provisões e Passivos Contingentes Tributários

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuem assuntos de naturezas tributárias em discussão em várias esferas processuais, para os quais, com base em opinião de seus consultores jurídicos, nas demonstrações financeiras individuais foi constituída provisão para riscos no montante de R\$37.861 mil àquelas classificadas como risco provável de perda, e nas demonstrações financeiras consolidadas R\$37.913 mil e divulgou R\$1.696.824 mil (R\$1.934.880 mil em 31 de dezembro de 2022) e R\$1.707.501 (R\$1.940.954 mil em 31 de dezembro de 2022), na controladora e consolidado, respectivamente, para os riscos classificados como de perda possível. Tais assuntos dependem de julgamentos críticos da Administração. Além disso e, considerando a materialidade dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que impactam a determinação do prognóstico de eventuais perdas podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- i) Entendimento dos procedimentos estabelecidos pela Administração para identificar e monitorar o andamento dos processos tributários relevantes.
- ii) Confirmação junto aos consultores jurídicos contratados pela Companhia dos valores e prognósticos de perda dos processos tributários.
- iii) Envolvimento de especialistas tributários e profissionais mais experientes, na avaliação de determinadas opiniões de outros consultores jurídicos obtidas pela Administração da Companhia, julgadas relevantes pelo time de auditoria, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como avaliar os argumentos, as jurisprudências e/ou a estratégia de defesa adotada pelos consultores jurídicos da Companhia.
- iv) Execução de teste, em base amostral, sobre determinadas adições permanentes na apuração de imposto de renda e contribuição social relacionadas a subvenção de ICMS ocorridas no exercício, a fim de avaliar a ocorrência e exatidão das transações.
- v) Avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos aceitáveis as estimativas da Administração da Companhia relacionadas as provisões e passivos contingentes tributários no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 8 de março de 2023, sem ressalva.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

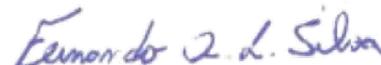
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 28 de março de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Fernando Augusto Lopes Silva
Contador
CRC nº 1 SP 250631/O-7

EMS S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	279.492	228.721	421.213	370.031
Aplicações financeiras	8.a	71.655	-	108.002	-
Contas a receber de clientes	10	1.404.527	871.285	1.522.775	1.085.535
Contas a receber de partes relacionadas	28	386.251	313.502	58.452	26.185
Estoques	11	1.324.435	1.013.282	1.375.240	1.094.460
Tributos a recuperar	12	336.513	424.860	561.582	544.218
Dividendos a receber	28	35.679	707	-	-
Outros recebíveis	13	77.508	50.397	84.020	42.726
Instrumentos financeiros derivativos	7.iv	82	-	82	-
Ativos de operações descontinuadas	2	-	-	12.913	36.511
Total do ativo circulante		3.916.142	2.902.754	4.144.279	3.199.666
Não circulante					
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	9	1.545	1.285	1.545	1.285
Outros recebíveis	13	6.550	6.550	6.550	6.550
Tributos a recuperar	12	124.323	123.252	225.461	336.865
Depósitos judiciais	19	52.796	56.655	58.773	64.453
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.a	151.062	89.174	193.947	129.283
Investimentos em controladas	14	287.367	386.753	-	-
Direito de uso de ativos	16.a	141.921	129.016	152.577	136.957
Imobilizado	15	1.013.209	967.549	1.017.321	970.559
Intangível		14.388	6.854	18.478	11.189
Total do ativo não circulante		1.793.161	1.767.088	1.674.652	1.657.141
Total do ativo		5.709.303	4.669.842	5.818.931	4.856.807

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EMS S.A.

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	17	356.559	433.649	362.856	440.891
Fornecedores a pagar partes relacionadas	28	2.553.281	1.600.437	2.531.492	1.650.021
Empréstimos e financiamentos	18	22.243	26.485	22.243	26.485
Debêntures	18	4.153	4.757	4.153	4.757
Passivo de arrendamento	16.b	42.023	38.347	46.639	39.980
Instrumentos financeiros derivativos	7.iv	-	307	-	307
Salários e encargos		164.509	141.154	183.687	160.059
Tributos a recolher		38.710	24.396	44.134	27.720
Imposto de renda e contribuição social a pagar	20.c	-	32.238	10.649	53.507
Impostos parcelados		7.177	17.981	7.365	18.180
Dividendos a pagar	22	678.941	475.069	679.153	475.253
Antecipação de dividendos recebidos	28	5.963	-	-	-
Outras contas a pagar	21	143.439	145.514	184.551	182.956
Passivos de operações descontinuadas	2	-	-	1.050	2.023
Total do passivo circulante		4.016.998	2.940.334	4.077.972	3.082.139
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	48.735	76.687	48.735	76.687
Debêntures	18	220.000	220.000	220.000	220.000
Passivo de arrendamento	16.b	108.148	100.307	113.588	106.254
Impostos parcelados		-	2.032	-	2.223
Provisão para perdas com processos judiciais	19	247.654	176.847	285.970	210.378
Provisão para patrimônio líquido negativo - controladas	14	138	-	138	-
Outras contas a pagar	21	12.061	12.061	12.061	12.061
Total do passivo não circulante		636.736	587.934	680.492	627.603
Total do passivo		4.653.734	3.528.268	4.758.464	3.709.742
Patrimônio líquido	22				
Capital social		385.736	221.717	385.736	221.717
Reserva de capital		-	164.019	-	164.019
Ajustes de avaliação patrimonial		11.190	10.953	11.190	10.953
Reservas de lucros		658.643	744.885	658.643	744.885
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		1.055.569	1.141.574	1.055.569	1.141.574
Participação de não controladores		-	-	4.898	5.491
Total do patrimônio líquido		1.055.569	1.141.574	1.060.467	1.147.065
Total do passivo e do patrimônio líquido		5.709.303	4.669.842	5.818.931	4.856.807

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EMS S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	23	6.135.274	5.105.683	6.828.870	5.706.375
Custo dos produtos vendidos	24	(4.130.545)	(3.328.390)	(4.220.582)	(3.573.754)
Lucro bruto		2.004.729	1.777.293	2.608.288	2.132.621
Despesas com vendas	24	(490.301)	(395.093)	(600.530)	(463.516)
Despesas administrativas	24	(1.392.870)	(1.211.249)	(1.542.768)	(1.359.100)
Outras (despesas) receitas, líquidas	25	(30.482)	70.629	(35.717)	70.775
Resultado de equivalência patrimonial	14	217.833	81.639	(262)	-
Lucro operacional		308.909	323.219	429.011	380.780
Receitas financeiras	26	70.472	197.627	92.192	211.494
Despesas financeiras	26	(108.293)	(207.779)	(114.465)	(209.999)
Resultado financeiro, líquido		(37.821)	(10.152)	(22.273)	1.495
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		271.088	313.067	406.738	382.275
Imposto de renda e contribuição social	20.b	59.829	(1.771)	(51.051)	(70.739)
Lucro líquido do exercício das operações continuadas		330.917	311.296	355.687	311.536
Operações descontinuadas					
Resultado líquido das operações descontinuadas	2	-	-	(22.627)	1.091
Lucro líquido do exercício		330.917	311.296	333.060	312.627
Lucro atribuível à acionistas controladores		330.917	311.296	330.917	311.296
Lucro atribuível à acionistas não controladores		-	-	2.143	1.331
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação) (nota explicativa nº 27)		16,55	15,56		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EMS S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	330.917	311.296	333.060	312.627
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão classificados subsequentemente para o resultado:				
Operações no exterior e diferenças cambiais na conversão	237	(6.968)	237	(6.968)
Resultado abrangente total	331.154	304.328	333.297	305.659
Resultado abrangente atribuível:				
Acionistas controladores	331.154	304.328	331.154	304.328
Acionistas não controladores	-	-	2.143	1.331
Resultado abrangente total	331.154	304.328	333.297	305.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EMS S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Acionistas controladores										
	Reservas de lucros							Lucro líquido do exercício	Total atribuível aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de Incentivos fiscais	Reserva legal	Reservas de lucros	Total				
Em 31 de dezembro de 2021	221.717	164.019	17.921	263.850	44.342	193.048	501.240	-	904.897	4.470	909.367
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	311.296	311.296	1.331	312.627
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	(6.968)	-	-	-	-	-	(6.968)	-	(6.968)
Transferência para reservas de lucros	-	-	-	-	-	202.954	202.954	(202.954)	-	-	-
Transferência para reserva de incentivos fiscais	22.c	-	-	40.691	-	-	40.691	(40.691)	-	-	-
Distribuição de dividendos propostos	22.d	-	-	-	-	-	-	(67.651)	(67.651)	-	(67.651)
Transações com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(310)	(310)
Em 31 de dezembro de 2022	221.717	164.019	10.953	304.541	44.342	396.002	744.885	-	1.141.574	5.491	1.147.065
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	330.917	330.917	2.143	333.060
Outros resultados abrangentes do exercício	22.d	-	237	-	-	-	-	-	237	-	237
Aumento de capital com reservas	22.a	164.019	(164.019)	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reservas de lucros	-	-	-	-	-	79.609	79.609	(79.609)	-	-	-
Transferência para reserva de incentivos fiscais	22.c	-	-	208.226	-	-	208.226	(208.226)	-	-	-
Transferência para reserva legal	22.c	-	-	-	16.546	-	16.546	(16.546)	-	-	-
Reclassificação de reserva de incentivos fiscais para reservas de lucros	22.c	-	-	(233.114)	-	233.114	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos mínimo obrigatório	22.e	-	-	-	-	-	-	(26.536)	(26.536)	-	(26.536)
Distribuição de dividendos propostos	22.e	-	-	-	-	(390.623)	(390.623)	-	(390.623)	(2.550)	(393.173)
Transações com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(186)	(186)
Em 31 de dezembro de 2023	385.736	-	11.190	279.653	60.888	318.102	658.643	-	1.055.569	4.898	1.060.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EMS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Controladora		Consolidado		
	2023	2022	2023	2022	
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas		271.088	313.067	406.738	382.275
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações descontinuadas		-	-	-	1.091
Ajustes de					
Depreciação e amortização	24	111.964	78.753	115.949	83.607
Baixas de direito de uso e arrendamentos	16	(5.640)	(2.163)	(6.163)	(1.995)
(Ganho) perda na alienação de imobilizado e intangível	15	3.133	2.474	3.147	2.474
Provisão (reversão) para perdas de créditos estimados do contas a receber	24	774	695	256	1.507
(Reversão) provisão para devoluções	10 e 11	240	1.735	92	1.914
Provisão (reversão) para obsolescência dos estoques	24	(18.146)	56.942	(19.173)	61.836
Provisão (reversão) para perdas com processos judiciais e depósitos judiciais	24	71.879	20.770	76.392	28.367
Provisão para perdas de valor recuperável de ativos (impairment)		-	-	-	42
Resultado reconhecido por equivalência patrimonial	14	(217.833)	(81.639)	262	-
Outras perdas (ganhos) com investimento	14	(6.331)	-	-	-
Provisão de juros	18	37.647	32.433	37.647	32.433
Despesa financeira dos ajustes a valor presente de arrendamento		17.544	16.158	18.863	15.329
Ganho de subvenção no resultado referente concessão de ICMS	18	(5.030)	-	(5.030)	-
Outros		25.634	(1.862)	28.012	(839)
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(535.493)	(79.715)	(438.487)	(87.660)
Contas a receber de partes relacionadas		(72.749)	(77.649)	(32.267)	63.809
Estoques		(291.770)	(315.726)	(260.708)	(337.543)
Tributos a recuperar		52.979	81.283	26.833	(21.306)
Outros recebíveis		(27.111)	125.460	(41.294)	7.944
Depósitos judiciais		3.859	154	5.680	(29)
Fornecedores e outras obrigações		(55.810)	240.521	(52.812)	264.992
Tributos a recolher		14.314	2.026	16.414	1.153
Fornecedores a pagar partes relacionadas		952.844	302.801	881.471	337.046
Impostos parcelados		(12.836)	(11.218)	(13.038)	(11.361)
Caixa gerado nas operações					
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures	18	(38.396)	(48.103)	(38.396)	(48.103)
Pagamento de processos judiciais e depósitos judiciais	19	(26.529)	(14.093)	(27.968)	(14.101)
Imposto de renda e contribuição social pagos	20	-	-	(91.366)	(104.384)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		250.225	643.104	591.054	658.498
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aplicações financeiras		(71.915)	-	(108.262)	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	15	(123.291)	(140.625)	(124.410)	(139.557)
Aumento na participação de controlada	14	(13.565)	(174.282)	-	-
Devolução de investimento	14	34.928	31.208	-	-
Dividendos recebidos de controladas		272.943	53.792	-	-
Outros investimentos		-	(1.020)	-	(6.810)
Caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades de investimento		99.100	(230.927)	(232.672)	(146.367)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Aplicação financeira vinculada a empréstimo		-	722	-	722
Captação de empréstimos e financiamentos	18	-	245.778	-	245.778
Pagamento de passivo de arrendamento	16	(58.227)	(45.938)	(64.090)	(51.047)
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	18	(27.040)	(302.695)	(27.040)	(302.695)
Dividendos pagos	22	(213.287)	(120.766)	(213.259)	(125.711)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(298.554)	(222.899)	(304.389)	(232.953)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa, das operações continuadas		50.771	189.278	53.993	279.178
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	228.721	39.443	370.031	99.487
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício das operações continuadas	8	279.492	228.721	421.213	370.031
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício das operações descontinuadas	2	-	-	2.811	8.634

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A EMS S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 1964 e que, em conjunto com suas controladas ("Consolidado"), tem por objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos, próprios e de terceiros, farmacêuticos, alopáticos, alimentícios dietéticos, insumos farmacêuticos e drogas. A sede social da Companhia está localizada na cidade de Hortolândia, estado de São Paulo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo" e individualmente como "entidades do Grupo"). O Grupo está envolvido primariamente na fabricação de produtos farmacêuticos.

A Companhia faz parte do Grupo NC (o "Grupo NC"), que é um conglomerado de empresas e está presente no mercado há mais de 50 anos. A Companhia utiliza os recursos administrativos, operacionais, financeiros e tecnológicos do Grupo NC. Parte substancial das operações é efetuada com partes relacionadas. Essas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto.

Aquisição Dermacyd - categoria de sabonete íntimo

Em 27 de abril de 2023, a Companhia em conjunto com a Globe Pharma S.A.R.L. (empresa coligada sobre controle de controlador indireto em comum) assinou o contrato de compra da marca Dermacyd, líder no país na categoria de sabonete íntimo. A marca global foi adquirida dentro da estratégia de expandir o seu processo de internacionalização, reposicionar a empresa e ampliar sua participação no segmento de OTC (medicamentos isentos de prescrição). A participação da Companhia na aquisição marca corresponde a 55%, referente aos itens comercializados nacionalmente, e a participação da Globe Pharma corresponde a 45%, referente aos itens comercializados internacionalmente, sob o nome Lactacyd.

A transação possui valor total de 66 milhões de euros, envolvendo a aquisição de direito de produção e comercialização da marca contendo 17 itens de higiene, incluindo as que são comercializadas no México, Peru e Argentina sob o nome de Lactacyd. Fazem parte dessa transação certos ativos e passivos, compostos principalmente por estoques, ativos imobilizados detalhados em contrato, contas a receber de clientes, material promocional de vendas, passivos de tributos de vendas gerados após a compra, passivos referentes a devoluções e recolhimentos de produtos, e outros ativos e passivos que possam ser gerados sobre a operação de compra em si.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a transação em 23 de junho de 2023, porém os novos ativos e passivos devem ser assumidos apenas após determinadas condições precedentes serem superadas de forma concomitante a realização do pagamento do caixa, cujo fechamento da transação ocorreu em 31 de janeiro de 2024. Tais condições precedentes incluem transferência de titularidade e domínio da marca, licença de know-how de fabricação dos produtos, registro nos órgãos de regulamentação locais ("ANVISA"), estoques e máquinas para fabricação, os quais não foram entregues até a data de aprovação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, portanto, a Administração do Grupo entende que as obrigações de performance não foram atendidas e não há passivo a ser reconhecido.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de janeiro de 2024 a Companhia realizou o pagamento da operação de aquisição no montante de R\$198.432 correspondente a 55% da operação, mais detalhes vide nota explicativa nº 31.

2. Base de consolidação e investimentos em controladas

A Companhia possui participações societárias diretas nas seguintes empresas:

Controladas	Tipo de sociedade	País	Participação societária	
			2023	2022
CPM Concessionária Paulista de Medicamentos S.A.	S.A.	Brasil	99,38%	99,38%
EMS Sigma Pharma Ltda.	Ltda.	Brasil	99,00%	99,00%
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	Ltda.	Brasil	99,00%	99,00%
Luxbiotech Farmacêutica Ltda.	Ltda.	Brasil	99,79%	99,79%
Xenobrasil Desenvolvimento e Pesquisas sobre Xenotransplante do Brasil Ltda.	Ltda.	Brasil	54,00%	54,00%
Monteresearch SRL	Ltda.	Itália	100%	100%
Rio Bio Pharmaceuticals, LLC	LLC	Estados Unidos	100%	100%
Rio Biofarma Brasil Ltda	Ltda.	Brasil	1,00%	1,00%

A seguir apresentamos a estrutura societária do Grupo:

CPM (Concessionária Paulista de Medicamentos S.A.) - Localizada em Américo Brasiliense/SP, atua na gestão e manutenção da Indústria Farmacêutica de Américo Brasiliense (IFAB) de titularidade da Fundação para o "Remédio Popular" ("FURP"), vinculada à Secretaria do Estado de São Paulo ("SESSP"), por meio de concessão. O objetivo foi ampliar a capacidade do Governo para a produção de medicamentos genéricos. O prazo de concessão é de 15 anos e o início da produção ocorreu em 1º de agosto de 2015.

O Contrato de Concessão estava suspenso desde 1º de janeiro de 2020, limitando as atividades aos serviços necessários à segurança patrimonial e de monitoramento, limpeza e manutenção. Em 12 de agosto de 2022 foi divulgado no Diário Oficial o acordo de rescisão amigável e antecipada do contrato de concessão entre a CPM e a FURP, onde o mesmo foi considerado rescindido em comum acordo na desmobilização da Concessionária que ocorreu no dia 20 de dezembro de 2022 e a assunção, pela FURP, das atividades desenvolvidas pela IFAB. Os valores já faturados relativos a medicamentos fornecidos à SESSP e às atividades finais de desmobilização totalizavam R\$74.451, dos quais foram recebidos o montante de R\$50.000 em agosto de 2022 de modo a viabilizar o encerramento antecipado do contrato de concessão.

Em 31 de março de 2022, a CPM foi classificada como operação descontinuada. Em 30 de novembro de 2022 a CPM realizou a redução de capital no montante de R\$ 31.208, visando o encerramento de suas atividades, com o objetivo de retornar os investimentos realizados por seus acionistas.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os quadros de ativos e passivos de operação descontinuada estão discriminados abaixo e incluem toda a posição patrimonial e de resultados incorridos ao longo de 2023 e 2022, quando aplicável:

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.811	8.634
Contas a receber de clientes	-	23.979
Contas a receber de partes relacionadas	75	75
Estoques	29	41
Tributos a recuperar	788	527
Antecipação de dividendos	6.000	-
Outros recebíveis	122	241
Total do ativo circulante	9.825	33.497
Não circulante		
Tributos a recuperar	2.913	2.913
Depósitos judiciais	175	101
Total do ativo não circulante	3.088	3.014
Total do ativo	12.913	36.511
Passivo e patrimônio líquido	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Fornecedores	57	500
Passivo de arrendamento	21	42
Tributos a recolher	15	36
Outras contas a pagar	50	30
Total do passivo circulante	143	608
Não circulante		
Provisão para perdas com processos judiciais	907	1.415
Total do passivo não circulante	907	1.415
Total do passivo	1.050	2.023
Capital social	33.397	33.397
Lucros / (prejuízos) acumulados	(21.534)	1.091
Total do patrimônio líquido (i)	11.863	34.488
Total do passivo e do patrimônio líquido	12.913	36.511

(i) O saldo de patrimônio líquido foi eliminado no momento da consolidação da empresa.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os resultados e os fluxos de caixa das operações descontinuadas para o semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão demonstradas a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas administrativas	(23.494)	(469)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(54)	173
Lucro operacional	(23.548)	(296)
Resultado financeiro, líquido	921	1.397
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(22.627)	1.101
Imposto de renda e contribuição social	-	(10)
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	(22.627)	1.091
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro / (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(22.627)	1.101
Ajustes de		
Depreciação e amortização	-	334
Provisão (reversão) para perdas de créditos estimados do contas a receber	21.930	-
Provisão para perda do valor recuperável (impairment)	(21)	(786)
Provisão para processos judiciais	(508)	957
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	2.049	50.772
Estoques	12	(169)
Tributos a recuperar	(261)	2.135
Outros recebíveis	119	(119)
Fornecedores e outras obrigações	(238)	(696)
Depósitos judiciais	(74)	(61)
Tributos a recolher	(31)	(4)
Fornecedores com partes relacionadas	(173)	173
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	177	53.637
Fluxos de caixa das atividades de investimentos e financiamentos		
Redução de capital social	-	(31.208)
Dividendos pagos aos acionistas/ quotistas do Grupo	(6.000)	(18.793)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos e financiamentos	(6.000)	(50.001)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(5.823)	3.636
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 6)	8.634	4.998
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 6)	2.811	8.634

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

EMS Sigma Pharma Ltda. - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de medicamentos similares em âmbito nacional. Atualmente, possui apenas uma linha de produção, os demais produtos comercializados são adquiridos da controladora para revenda. A partir de novembro 2018 a EMS Sigma passou à condição de embaladora dos produtos fabricados pela Novamed/AM a partir do Regime Especial de Industrialização por Encomenda obtido no Estado de São Paulo e anuído pelo Governo do Amazonas.

Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda. - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de medicamentos genéricos em âmbito nacional. Atualmente, possui apenas uma linha de produção, os demais produtos comercializados são adquiridos da controladora para revenda.

Luxbiotech Farmacêutica Ltda. - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de dermatocósméticos de última geração em âmbito nacional, e revenda de produtos comercializados adquiridos da controladora.

Montereseach SRL - Localizada em Milão na Itália, é um laboratório de pesquisa farmacêutica, especializado no desenvolvimento de drug delivery systems, tecnologias que permitem desenvolver uma nova formulação para que uma droga seja liberada no organismo de forma mais rápida ou lenta, de acordo com a necessidade de médico e paciente e inclusive em concentrações mais seguras. Em 2021 a Montereseach transferiu sua participação na empresa Globe Pharma aos acionistas majoritários desta investida, encerrando assim sua participação.

Rio Bio Pharmaceuticals, LLC - Localizada nos Estados Unidos, tem por objeto social o desenvolvimento de atividades farmacêuticas, podendo incluir, entre outras, a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos, próprios e de terceiros; a prestação de serviços administrativos, consultoria /assessoria técnica e documental com ou sem transferência de tecnologia; e a participação em joint ventures ou outras sociedades como quotistas, acionista ou sócia.

Xenobrasil Desenvolvimento e Pesquisas sobre Xenotransplante no Brasil Ltda. - Localizada em Hortolândia/SP, constituída em 08 de junho de 2020, tem por objeto a realização de pesquisas, desenvolvimento, inovação, aperfeiçoamento, solidificação e divulgação de técnicas e conhecimentos relacionados à sistematização do método de xenotransplante no Brasil, visando a produção de órgãos adicionais não-humanos geneticamente modificados para transplante em humanos e futura comercialização e exploração das patentes e biotecnologias desenvolvidas. A empresa não possui ainda nenhuma movimentação financeira e portanto, não há saldos a serem consolidados.

Rio Biofarma Brasil Ltda ("RBBL") - Localizada em Hortolândia/SP, é uma empresa constituída em 28 de abril de 2021 que tem como objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos, próprios e de terceiros; a prestação de serviços administrativos, consultoria /assessoria técnica e documental com ou sem transferência de tecnologia.

Nas demonstrações financeiras individuais, a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os seguintes critérios:

- Eliminação dos saldos de contas do ativo e passivo, entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos investimentos e resultado da equivalência patrimonial nas empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida;
- Eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas;
- Eliminação do lucro nos estoques e venda de ativo imobilizado, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas;

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial (MEP) desde a data que o controle é adquirido.

Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido.

As políticas contábeis e estimativas da controlada são consistentes com as políticas contábeis e estimativa adotadas pela Companhia. Adicionalmente a controlada segue o mesmo exercício social da Companhia, encerrado em 31 de dezembro de cada ano.

A Companhia trata as transações com participações de quotistas não controladores, como transações com proprietários de ativos de suas controladas. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de preparação, mensuração e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), com base nos pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos relevantes são revisados continuamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

Julgamentos e estimativas relevantes

a) Realização do Imposto de renda e contribuição social diferidos

São utilizadas projeções de resultados preparadas pela Administração e aprovadas pelo Comitê Tributário, as quais contêm diversas premissas e julgamentos, objetivando mensurar o potencial de geração de lucros tributáveis futuros que sustentem a realização das bases tributáveis geradoras do imposto de renda e da contribuição social diferidos registrados nas demonstrações financeiras. O lucro tributável futuro real pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o imposto de renda e contribuição social diferidos.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia e suas controladas reconhecem a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo.

c) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis, imobilizado e direito de uso, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

d) Provisão para realização e obsolescência dos estoques

A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas fixas incorridas nos esforços de vendas. A provisão para obsolescência é constituída com base na análise individual da idade dos itens em estoque e a probabilidade de seu uso futuro.

e) Provisão para perdas de crédito esperadas

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia e suas controladas para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos vencidos e a vencer, considerando o conceito de perdas esperadas do pronunciamento técnico CPC 48.

f) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais como descrito na nota explicativa nº 19. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Moeda estrangeira

Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão geralmente são reconhecidas no resultado.

Operações no exterior

Os ativos e passivos derivados de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes a valor justo de da aquisição, se aplicáveis, são convertidos para Reais utilizando a taxa de câmbio na data de apresentação das demonstrações financeiras. Receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Reais utilizando taxas de câmbio nas datas das transações.

Variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas nos ajustes acumulados de conversão da moeda estrangeira (reserva de conversão) no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é alienada, de modo que o controle, influência significativa, ou controle compartilhado não mais existem, os valores acumulados em reserva de conversão relacionados àquela operação no exterior são reclassificados para o resultado do exercício como parte do ganho ou perda na alienação.

Quando o Grupo aliena apenas parte de sua participação em uma subsidiária que inclui uma operação no exterior, mas mantém controle, a respectiva proporção do valor acumulado é reatribuída a participações não controladoras. Quando o Grupo aliena apenas parte de seu investimento em uma coligada ou joint venture que inclui uma operação no exterior, enquanto mantém influência significativa ou controle compartilhado, a respectiva proporção do valor acumulado é reclassificada para o resultado do exercício.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são compostas por fundos de investimentos com títulos lastreados em títulos privados e públicos, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Em razão da Companhia efetuar aplicação em fundos de investimento de característica multimercado com risco moderado, entende que estes podem sofrer mudança relevante de valor dada a cotação de tais títulos, por isso não atendem os critérios de reconhecimento de Caixa e equivalentes de caixa.

d) Contas a receber de clientes

Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente, quando necessário. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para perdas de crédito esperadas, constituída com base em análise das contas a receber considerando o critério de perda esperada e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização.

e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na obsolescência ou realização dos estoques.

f) Investimentos

Os investimentos mantidos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das controladas são ajustadas, quando aplicável, às políticas contábeis da Companhia. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo custo e, posteriormente ajustados pelo reconhecimento da participação atribuído a Companhia nas alterações dos ativos líquidos das investidas, deduzidas de provisões para redução ao valor de recuperação, quando aplicável.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado, quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas de encerramento dos exercícios e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Aeronave	10	15
Benfeitorias	25	11
Edificações	25	43
Máquinas	20	16
Veículos	5	8
Móveis, utensílios e equipamentos	18	14

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" nas demonstrações do resultado.

h) Intangível

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i) Redução ao valor recuperável - “impairment”

No fim de cada exercício, a Administração da Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de estimar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior entre o valor justo (menos os custos na venda) ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

j) Instrumentos financeiros - pronunciamento técnico CPC 48

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Classificação dos ativos e passivos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros da Companhia mensurados pelo custo amortizado em 2023 e 2022 são contas a receber de clientes, outras contas a receber e partes relacionadas.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros.
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em 2023 e 2022 a Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Em geral, todos os outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. Os passivos financeiros da Companhia mensurados pelo custo amortizado em 2023 e 2022 são fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e adiantamento de clientes.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas (“PCE”) sobre investimentos em instrumentos da dívida mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, valores a receber de arrendamento, valores a receber de clientes e ativos de contrato, bem como contratos de garantia financeira.

O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

A Companhia sempre reconhece a PCE durante a vida útil para contas a receber, ativos de contrato e valores a receber de arrendamento. As perdas de crédito esperadas sobre esses ativos financeiros são estimadas usando a experiência de perda de crédito histórica da Companhia, ajustada com base em fatores específicos aos devedores, nas condições econômicas gerais e na avaliação das condições atuais e projetadas na data do relatório, incluindo o valor da moeda no tempo, quando aplicável.

Para todos os outros instrumentos financeiros, a Companhia reconhece a PCE durante a vida útil quando há um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Porém, se o risco de crédito sobre o instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo mensura a provisão para perdas para aquele instrumento financeiro em um valor correspondente à PCE do período de 12 meses.

A PCE durante a vida útil representa as perdas de crédito esperadas decorrentes de qualquer evento de inadimplência possível durante a vida estimada de um instrumento financeiro. Por outro lado, a PCE do período de 12 meses representa a parcela da PCE durante a vida útil que deve resultar dos eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que sejam possíveis em um período de 12 meses após a data de relatório.

Baixa de ativos e passivos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos.

A Companhia baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia contabiliza a modificação substancial dos termos e as condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo.

k) Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A depreciação do ativo de direito de uso, em anos, é como segue:

	<u>2023</u>
	<u>Controladora e</u>
	<u>Consolidado</u>
Terrenos e edificações	6
Veículos e máquinas	2
Equipamentos	1

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo. Segue abaixo taxas de desconto aplicadas:

	<u>Contratos 2023</u>	<u>Contratos 2022</u>
Até um ano	13,74%	15,16%
Até dois anos	13,10%	14,97%
Até cinco anos	12,44%	13,93%
Até dez anos	13,00%	14,04%
Até vinte anos	13,30%	14,15%
Acima de vinte anos	13,30%	14,15%

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, inferior a 12 meses, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

l) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

m) Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

A provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

n) Lucro básico e diluído por ação

Básico: calculado com base nas quantidades médias ponderadas de ações ordinárias em poder dos acionistas em circulação durante os exercícios apresentados.

Diluído: calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante os exercícios apresentados.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo no lucro por ação.

o) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e os juros sobre o capital próprio para os acionistas são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras, sendo o primeiro com base no estatuto social da Companhia e o segundo conforme aprovação extemporânea. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária.

p) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de um serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

q) CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos de clientes

A receita é calculada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reduzida pelas devoluções de clientes, estornos e outros abatimentos semelhantes.

A receita da venda de mercadorias é reconhecida quando todas as condições a seguir são atendidas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade das mercadorias.
- A Companhia não possui envolvimento administrativo contínuo no nível normalmente associado à propriedade ou controle efetivo sobre as mercadorias vendidas.
- O valor da receita puder ser confiavelmente mensurado.
- For provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser confiavelmente mensurados.

A receita proveniente da venda de mercadorias é reconhecida quando as mercadorias são entregues e a titularidade/ controle é transferida. Os fretes sobre vendas são registrados como custo do produto vendido.

O pronunciamento técnico traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio do controle substituirá o princípio de riscos e benefícios.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O Grupo está no ramo farmacêutico, com o fornecimento de medicamentos genéricos em geral. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos produtos vendidos é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca desses produtos.

Direito de devolução

O Grupo utiliza o método do valor esperado para estimar a contraprestação variável dado o grande volume de contratos que possuem características semelhantes. O Grupo então aplica os requerimentos do CPC 47 sobre estimativas de contraprestação variável restritas para determinar o valor da contraprestação variável que pode ser incluída no preço da transação e conseqüentemente considerada no reconhecimento de receita. Um passivo de restituição é reconhecido para os bens os quais são esperados que sejam devolvidos (valores não incluídos no preço da transação). Um ativo de direito de devolução (e ajuste correspondente ao custo de vendas) também é reconhecido pelo direito de recuperação dos bens junto ao cliente.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abatimentos por volume

O Grupo oferece abatimentos por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente. O Grupo aplica ou o método do valor mais provável ou o método do valor esperado para estimar a contraprestação variável em um contrato. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é identificado principalmente pelo número de metas de volume de vendas existentes no contrato.

r) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de rendimento de depósito bancário de curto prazo, juros de duplicatas a receber, descontos obtidos, variação cambial, e outras receitas financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial, descontos concedidos entre outras despesas financeiras.

s) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e de que as subvenções serão recebidas.

A Companhia possui subvenção governamental representada pelo benefício creditício decorrente do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF), concedido em forma de empréstimo subsidiado obtido do Banco Regional de Brasília (BRB). O benefício econômico obtido é contabilizado como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais de acordo com a autorização do programa Pro-DF para liquidação das parcelas e a regularização da subvenção.

A Companhia considera as condições e obrigações que tem de observar e cumprir, quando da identificação dos custos a serem confrontados com o benefício econômico obtido. Os efeitos desse cálculo eram registrados no resultado do exercício, na rubrica "Deduções da receita", visto que a origem do empréstimo subsidiado se refere a uma operação de crédito sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) gerado nas importações. Os juros incorridos ao longo do prazo dos empréstimos são registrados como despesa no resultado financeiro. Atualmente apenas aguardamos a autorização para liquidação de algumas parcelas remanescentes para realização da receita diferida.

A Companhia, de sua atuação no ramo farmacêutico no Estado de São Paulo, é beneficiária da lei complementar 160. Em razão da lei, a Companhia goza de benefício, de isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na venda de determinados produtos.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

t) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

i) Impostos correntes

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde as subsidiárias da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras.

ii) Impostos diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada em cada data de balanço e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- iii) Impactos nas bases do IRPJ e da CSLL decorrentes do benefício governamental do Estado de São Paulo

A Companhia, em razão de sua atuação no ramo farmacêutico no Estado de São Paulo, de isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na venda de determinados produtos.

Para fins de apuração do imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), conforme previsto no artigo 30 da Lei n. 12.973/2014, as subvenções concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seguidos alguns requisitos previstos no presente artigo.

Assim, os valores registrados pela Companhia em 2023 e 2022 decorrentes da subvenção governamental, não deverão impactar as bases tributáveis de IRPJ e CSLL, razão pela qual foram excluídos no cálculo do LALUR e do LACS.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

- u) Garantias financeiras

Garantias financeiras são contratos que requerem do Grupo pagamentos específicos perante o possuidor da garantia financeira por uma perda incorrida por este quando um devedor específico deixa de fazer o pagamento conforme os termos do instrumento de dívida.

Passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato da garantia financeira. O passivo de garantia é subsequentemente contabilizado pelo que for superior entre o valor amortizado e o valor presente do pagamento esperado (quando um pagamento relativo à garantia tornar-se provável).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não reconheceu os valores justos de suas garantias financeiras por julgá-las com baixo risco de crédito por conta do emissor. As operações na qual o Grupo atua como interveniente garantidora estão detalhadas na nota explicativa nº 9 - Gestão de riscos financeiros.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

v) Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados. O Grupo classifica o recebimento de dividendos como atividade de investimento e não como atividade operacional em consonância a estratégia interna de fluxo de caixa do Grupo.

w) ICPC 22/IFRIC 23 - “Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro”

A IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda.

6. Adoção das CPCs novas e revisadas

a) CPCs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou alterações às CPCs emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

- CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)

A Companhia adotou o CPC 50 (IFRS 17) e correspondentes alterações pela primeira vez no exercício corrente. O CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro.

A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices.

A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17).

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade

A Companhia adotou as alterações à IAS 1 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo ‘principais políticas contábeis’ por ‘informações materiais da política contábil’. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só.

O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do ‘processo de materialidade em quatro passos’ descrito na Declaração de Prática 2.

- Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro — Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação

A Companhia adotou as alterações à IAS 12 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares.

Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.

Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis

A Companhia adotou as alterações à IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.

b) CPCs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicação</u>
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	Sem definição
Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants	01/01/2024
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	01/01/2024

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Instrumentos financeiros

As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras conforme o quadro a seguir:

		Controladora				
		31/12/2023		31/12/2022		
Nível	Mensuração	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	N/A	2	279.492	279.492	228.721	228.721
Aplicação financeira	N/A	2	71.655	71.655	-	-
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	N/A	2	1.545	1.545	1.285	1.285
Contas a receber de clientes (**)	N/A	2	1.424.281	1.424.281	888.788	888.788
Contas a receber de partes relacionadas	N/A	2	386.251	386.251	313.502	313.502
Instrumentos financeiros derivativos	1	1	82	82	-	-
Dividendos a receber	N/A	2	35.679	35.679	707	707
Outros recebíveis	N/A	2	84.058	84.058	56.947	56.947
			2.283.043	2.283.043	1.489.950	1.489.950
Passivos						
Fornecedores	N/A	2	(356.559)	(356.559)	(433.649)	(433.649)
Fornecedores a pagar partes relacionadas	N/A	2	(2.553.281)	(2.553.281)	(1.600.437)	(1.600.437)
Empréstimos e financiamentos	N/A	2	(70.978)	(70.978)	(103.172)	(103.172)
Debêntures	N/A	2	(224.153)	(224.153)	(224.757)	(224.757)
Instrumentos financeiros derivativos	1	1	-	-	(307)	(307)
Dividendos a pagar	N/A	2	(678.941)	(678.941)	(475.069)	(475.069)
Outras contas a pagar	N/A	2	(155.500)	(155.500)	(157.575)	(157.575)
			(4.039.412)	(4.039.412)	(2.994.966)	(2.994.966)
		Consolidado				
		31/12/2023		31/12/2022		
Nível	Mensuração	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	N/A	2	421.213	421.213	370.031	370.031
Aplicação financeira	N/A	2	108.002	108.002	-	-
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	N/A	2	1.545	1.545	1.285	1.285
Contas a receber de clientes	N/A	2	1.545.545	1.545.545	1.107.058	1.107.058
Contas a receber de partes relacionadas	N/A	2	58.452	58.452	26.185	26.185
Instrumentos financeiros derivativos	1	1	82	82	-	-
Outros recebíveis	N/A	2	90.570	90.570	49.276	49.276
			2.225.409	2.225.409	1.553.835	1.553.835
Passivos						
Fornecedores	N/A	2	(362.856)	(362.856)	(440.891)	(440.891)
Fornecedores a pagar partes relacionadas	N/A	2	(2.531.492)	(2.531.492)	(1.650.021)	(1.650.021)
Empréstimos e financiamentos	N/A	2	(70.978)	(70.978)	(103.172)	(103.172)
Debêntures	N/A	2	(224.153)	(224.153)	(224.757)	(224.757)
Instrumentos financeiros derivativos	1	1	-	-	(307)	307
Dividendos a pagar	N/A	2	(679.153)	(679.153)	(475.253)	(475.253)
Outras contas a pagar	N/A	2	(196.612)	(196.612)	(195.017)	(195.017)
			(4.065.244)	(4.065.244)	(3.010.588)	(3.235.038)

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(**) Valor bruto de custo

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos.
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante sua avaliação potencial. Os principais fatores de risco que afetam as operações da Companhia estão apresentados a seguir:

a) Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco e é responsável por monitorar e analisar os cenários econômico-financeiros com o objetivo de identificar os riscos ao qual a Companhia está exposta, bem como mapear possíveis impactos em variáveis financeiras ou econômicas que possam gerar impactos, tais como oscilações de taxas de câmbio, taxas de juros e/ou outros indicadores.

Foram estabelecidas políticas de gerenciamento de riscos para identificar e analisar os riscos de exposição e definir os limites de risco aceitáveis, além de ter sido criada uma estrutura de controles apropriada para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos, uma vez que tanto as políticas quanto a estrutura de controles são revisados em uma base regular.

b) Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

- Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e equivalente de caixa (nota 8)	279.492	421.213
Aplicações financeiras (nota 8)	71.655	108.002
Contas a receber de clientes (nota 10)	1.424.281	1.545.545
Outros recebíveis (nota 13)	84.058	90.570
Aplicação financeira vinculada a empréstimo (nota 9)	1.545	1.545
	<u>1.861.031</u>	<u>2.166.875</u>

Os critérios para aceitação de novos clientes incluem uma análise da condição financeira e perfil socioeconômico, com definição de limites de crédito e termos de pagamento. A análise dessas informações pela Companhia pode incluir referências bancárias.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os limites de crédito são estabelecidos para cada cliente, de forma individual, e representam o montante máximo de exposição aceito para aquele cliente. Esses limites são revistos sempre que necessário ou solicitado. Clientes que não possuem limites de crédito aprovados somente são atendidos mediante pagamento antecipado.

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preço das matérias-primas, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo maximizar retornos.

i) Risco de variação cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía ativos e passivos em Dólar (USD) nos montantes descritos a seguir, não existindo nenhum instrumento para proteger essa exposição nessa data.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023		31/12/2023	
	Moeda Estrangeira	Reais	Moeda Estrangeira	Reais
Contas a receber de clientes	1.133	5.175	1.175	5.375
Fornecedores	(21.682)	(107.826)	(21.682)	(107.826)
Exposição líquida	(20.549)	(102.651)	(20.507)	(102.451)

A seguir estão demonstradas as perdas que teriam sido reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de acordo com os seguintes cenários:

a. Controladora

Tipo	Moeda	Risco	Exposição	Exposição (R\$)	Taxa efetiva	Provável	Valor	
					31/12/2023		25%	50%
Clientes	Dólar	Queda	1.089	5.272	4,8413	173	(1.188)	(2.550)
Clientes	Euro	Queda	44	235	5,3516	8	(53)	(114)
Fornecedores	Dólar	Alta	(18.995)	(91.960)	4,8413	(3.015)	(26.758)	(50.502)
Fornecedores	Euro	Alta	(2.687)	(14.380)	5,3516	(479)	(4.194)	(7.909)
			(20.549)	(100.833)		(3.313)	(32.193)	(61.075)

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Consolidado

Tipo	Moeda	Risco	Exposição	Exposição (R\$)	Taxa efetiva	Provável	Valor	
					31/12/2023		25%	50%
Clientes	Dolar	Queda	1.132	5.480	4,8413	180	(1.235)	(2.650)
Clientes	Euro	Queda	43	230	5,3516	8	(52)	111
Fornecedores	Dolar	Alta	(18.995)	(91.960)	4,8413	(3.015)	(26.758)	(50.502)
Fornecedores	Euro	Alta	(2.687)	(14.380)	5,3516	(479)	(4.194)	(7.909)
			(20.507)	(100.630)		(3.306)	(32.239)	(60.950)

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano e do euro para o ano seguinte, conforme cotações obtidas no relatório Focus de 5 de janeiro de 2024, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN, sendo R\$5,00/ US\$ 1,00 e R\$5,53/ EUR 1,00.

Os cenários I e II consideram uma queda do dólar norte-americano e do euro de 25% e de 50%, respectivamente. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (CPC 40).

c. Derivativos

Em 31 de dezembro de 2023, as operações de instrumentos derivativos passivos contratados pelo Grupo tratavam-se de saldos de contratos a termo (NDF), os quais totalizam R\$64.759. Os resultados das operações ainda não liquidadas representaram ganho no valor de R\$82. Em 31 de dezembro de 2023 essas operações foram contratadas pela taxa do dólar (USD) com vencimento entre 01 de dezembro de 2023 a 28 de fevereiro de 2024.

ii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

A Administração efetuou uma análise de sensibilidade supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2023 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 11,75%¹ ao ano de 2023), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para os próximos 12 meses seria uma receita financeira de R\$12.324 na controladora e R\$31.905 no consolidado. Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da receita financeira seria impactado em:

(¹) Fonte dos índices dos cenários apresentados: CDI relatório Focus de 5 de janeiro de 2024, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Controladora

Modalidade	Taxa efetiva em 31/12/2023	Risco	Exposição	Provável	25%		50%	
					%	Valor	%	Valor
Aplicações financeiras (*)	11,75%	Baixa	329.037	38.662	8,81%	28.996	5,88%	19.331
Debêntures	11,75%	Alta	(224.153)	(26.338)	14,69%	(32.922)	17,63%	(39.507)
			104.884	12.324		(3.926)		(20.176)

b. Consolidado

Modalidade	Taxa efetiva em 31/12/2023	Risco	Exposição	Provável	25%		50%	
					%	Valor	%	Valor
Aplicações financeiras (*)	11,75%	Baixa	495.687	58.243	8,81%	43.682	5,88%	29.122
Debêntures	11,75%	Alta	(224.153)	(26.338)	14,69%	(32.922)	17,63%	(39.507)
			271.534	31.905		10.760		(10.385)

(*) Montante resultante da soma dos saldos de aplicações financeiras evidenciados nas notas explicativas 8 e 9.

d) Risco de liquidez

Na gestão do risco de liquidez a Companhia monitora e mantém um nível de caixa e equivalentes de caixa adequado para financiar as operações da Companhia e mitigar os efeitos das flutuações nos fluxos de caixa.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base na taxa de juros no encerramento do exercício.

	Controladora				
	Fluxo de caixa	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2023					
Fornecedores e outras contas a pagar	(512.060)	(499.999)	(12.061)	-	-
Fornecedores a pagar partes relacionadas	(2.553.281)	(2.553.281)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(70.978)	(22.243)	(116.483)	67.748	-
Debêntures	(224.153)	(4.153)	(73.333)	(146.667)	-
Passivo de arrendamentos	(197.916)	(56.911)	(42.656)	(75.227)	(23.122)
Dividendos a pagar	(678.941)	(678.941)	-	-	-
Posição líquida	(4.237.329)	(3.815.528)	(244.533)	(154.146)	(23.122)

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado				
	Fluxo de caixa	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2023					
Fornecedores e outras contas a pagar	(559.468)	(547.407)	(12.061)	-	-
Fornecedores a pagar partes relacionadas	(2.531.492)	(2.531.492)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(70.978)	(22.243)	(116.483)	67.748	-
Debêntures	(224.153)	(4.153)	(73.333)	(146.667)	-
Passivo de arrendamentos	(209.250)	(62.292)	(46.367)	(77.306)	(23.285)
Dividendos a pagar	(679.153)	(679.153)	-	-	-
Posição líquida	(4.274.494)	(3.846.740)	(248.244)	(156.225)	(23.285)

8. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Banco	23.655	10.749	35.073	18.604
Aplicações financeiras	255.837	217.972	386.140	351.427
	279.492	228.721	421.213	370.031

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e tem como contraparte instituições financeiras nacionais, cujas taxas de rendimentos estão atreladas ao CDI. O percentual do CDI é de 80% a 100% na controladora e no consolidado em 2023 (entre 80% a 105% na controladora e 60% a 105% no consolidado em 2022).

a. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras (i)	71.655	-	108.002	-
	71.655	-	108.002	-

(i) As aplicações financeiras são representadas por cotas lastreadas em LF em fundo de investimento, cujas taxas de rendimentos estão atreladas ao CDI. O percentual do CDI é de 100% em 31 de dezembro de 2023.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Aplicação financeira vinculada a empréstimo (controladora e consolidado)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aplicação financeira vinculada a garantia de financiamento (i)	1.545	1.285
	<u>1.545</u>	<u>1.285</u>

A aplicação financeira classificada no não circulante no valor de R\$1.545 (R\$1.285 em 2022) efetuada no Banco de Brasília, trata-se de garantia do financiamento de ICMS concedido à Companhia à título de subvenção governamental. O montante somente poderá ser utilizado para a quitação total das parcelas finais do financiamento.

10. Contas a receber de clientes

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas a receber de clientes	1.424.281	888.788	1.545.545	1.107.058
(-) Provisão para perda esperada de crédito	(9.488)	(8.714)	(10.342)	(10.086)
(-) Provisão para devolução	(10.266)	(8.789)	(12.428)	(11.437)
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>1.404.527</u>	<u>871.285</u>	<u>1.522.775</u>	<u>1.085.535</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as contas a receber de clientes encontram-se em aberto:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer	1.279.835	778.896	1.360.589	966.017
Vencidos a menos de três meses	121.941	86.883	152.460	111.248
Vencidos de três a seis meses	8.242	12.467	13.085	17.759
Vencidos de seis meses a doze meses	7.714	5.842	12.346	6.454
Vencidos acima um ano	6.549	4.700	7.065	5.580
	<u>1.424.281</u>	<u>888.788</u>	<u>1.545.545</u>	<u>1.107.058</u>

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As contas a receber de clientes são denominadas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Reais	1.419.106	879.731	1.540.170	1.081.961
Euro	234	172	233	172
Dólares americanos	4.941	8.885	5.142	24.925
	1.424.281	888.788	1.545.545	1.107.058

As movimentações das provisões estão demonstradas a seguir:

	Controladora			
	Provisão para perdas esperadas		Provisão para devolução	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	(8.714)	(8.035)	(8.789)	(4.161)
Reversão/ (constituição) de provisão	(774)	(679)	(1.477)	(4.628)
Saldo final	(9.488)	(8.714)	(10.266)	(8.789)

	Consolidado			
	Provisão para perdas esperadas		Provisão para devolução	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	(10.086)	(9.032)	(11.437)	(6.098)
Reversão/ (constituição) de provisão	(256)	(1.054)	(991)	(5.339)
Saldo final	(10.342)	(10.086)	(12.428)	(11.437)

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Produtos acabados	793.376	369.638	837.574	372.011
Matéria-prima	350.584	486.330	352.809	561.099
Produtos em elaboração	56.442	68.450	56.442	68.608
Material de embalagem e outros	139.074	116.873	147.380	125.881
Importações em andamento	12.139	18.418	12.224	18.690
Adiantamento a fornecedores	25.297	25.433	25.345	24.777
Provisão para obsolescência	(58.246)	(76.392)	(63.099)	(82.272)
Provisão para devolução	5.769	4.532	6.565	5.666
	1.324.435	1.013.282	1.375.240	1.094.460

As movimentações das provisões estão demonstradas a seguir:

	Controladora			
	Provisão para obsolescência		Provisão para devolução	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(76.392)	(55.106)	4.532	1.639
Reversão/ (constituição) de provisão	18.146	(21.286)	1.237	2.893
Saldo final	(58.246)	(76.392)	5.769	4.532

	Consolidado			
	Provisão para obsolescência		Provisão para devolução	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(82.272)	(58.074)	5.666	2.241
Reversão/ (constituição) de provisão	19.173	(24.544)	899	3.425
Reclassificação para operação descontinuada	-	346	-	-
Saldo final	(63.099)	(82.272)	6.565	5.666

Os critérios utilizados para a constituição da provisão para obsolescência estão detalhados na nota explicativa 4.d.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL (i)	36.907	31.081	41.246	35.049
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	100.722	74.449	240.529	225.687
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (ii)	110.111	168.818	272.223	315.981
ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (iii)	193.438	236.277	194.177	236.657
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	4.825	10.095	6.899	28.576
Outros	14.833	27.392	31.969	39.133
	460.836	548.112	787.043	881.083
Circulante	336.513	424.860	561.582	544.218
Não circulante	124.323	123.252	225.461	336.865

(i) Refere-se à antecipação de imposto de renda e contribuição social.

(ii) Refere-se a créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos gerados em decorrência do sistema monofásico de tributação amparado pela legislação em vigor.

(iii) Refere-se a créditos de PIS e COFINS decorrente de exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, cujas ações judiciais tiveram trânsito em julgado em 10 de julho de 2018 e 15 de setembro de 2022, respectivamente.

13. Outros recebíveis

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a fornecedores	43.410	7.836	43.581	8.728
Adiantamento a partes relacionadas (Nota 28)	12.691	12.968	12.691	522
Adiantamento a funcionários	15.524	12.822	16.745	13.996
Antecipação de seguros	6.038	3.426	6.045	3.447
Outros	6.395	19.895	11.508	22.583
	84.058	56.947	88.020	49.276
Circulante	77.508	50.397	84.020	42.726
Não circulante	6.550	6.550	6.550	6.550

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimentos e provisão para perda em controladas

a) Saldos e movimentação dos Investimentos (controladora)

	EMS Sigma	Legrand	CPM	Montereseach	Rio Biopharmaceuticals	Luxbiotech	RBBL			
Número de ações/cotas representativas do capital social	7.662.451	136.464	64.205.000	90.000		27.605.510				
Capital social	7.739	138	33.396	7.602	68.661	27.606	12.450			
Lucro (prejuízo) do exercício	10.047	215.115	(697)	(2.316)	(50)	15.020	(19.825)			
Participação no capital social - %	99,0%	99,0%	99,4%	100,0%	100,0%	99,8%	1,0%			
Patrimônio líquido da controlada	17.600	206.248	33.793	9.017	1.445	38.494	(13.796)			
	EMS Sigma	Legrand	CPM	Montereseach	Rio Biopharmaceuticals	Luxbiotech	Outros	Total de Investimentos	Passivo a descoberto	Total Investimento e provisão para perdas, líquido
Saldo final do investimento em 31 de dezembro de 2021	8.052	187.034	82.892	20.813	2.830	-	467	302.088	(80.308)	221.780
Transferencia de passivo a descoberto para investimento	-	-	-	-	-	(80.308)	-	(80.308)	80.308	-
Dividendos propostos pela controlada	-	(35.000)	(18.792)	-	-	-	-	(53.792)	-	(53.792)
Aumento de capital social	-	-	-	-	14.948	159.334	-	174.282	-	174.282
Redução de capital social (Nota 2)	-	-	(31.208)	-	-	-	-	(31.208)	-	(31.208)
Baixa de investimentos	-	-	-	-	-	-	(467)	(467)	-	(467)
Conversão de operação no exterior	-	-	-	(7.222)	254	-	-	(6.968)	-	(6.968)
Outras transações	(11)	2.369	298	(970)	-	(199)	-	1.487	-	1.487
Resultado de equivalência patrimonial	(562)	138.770	1.083	(6.936)	(17.820)	(32.896)	-	81.639	-	81.639
Saldo final do investimento em 31 de dezembro de 2022	7.479	293.173	34.273	5.685	212	45.931	-	386.753	-	386.753
Dividendos propostos pela controlada	-	(301.952)	-	-	-	-	-	(301.952)	-	(301.952)
Aumento de capital social	-	-	-	-	1.146	12.419	-	13.565	125	13.690
Redução de capital social	-	-	-	-	-	(34.928)	-	(34.928)	-	(34.928)
Conversão de operação no exterior	-	-	-	100	137	-	-	237	-	237
Resultado de equivalência patrimonial de períodos anteriores	-	-	-	6.331	-	-	-	6.331	-	6.331
Outras transações	-	-	-	(784)	-	50	-	(734)	-	(734)
Resultado de equivalência patrimonial	9.945	217.994	(22.487)	(2.316)	(50)	15.009	-	218.095	(262)	217.833
Saldo final do investimento em 31 de dezembro de 2023	17.424	209.215	11.786	9.016	1.445	38.481	-	287.367	(138)	287.230

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas:

	EMS Sigma		Legrand		Luxbiotech		Montereseach		Rio Bio Pharmaceuticals		CPM	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante												
Ativo	228.197	76.743	338.816	446.732	115.861	57.688	11.261	7.734	1.445	212	9.703	33.496
Passivo	(309.110)	(245.898)	(151.244)	(177.651)	(47.866)	(14.814)	(4.636)	(4.409)	-	-	(25)	(589)
Ativo circulante líquido	(80.913)	(169.155)	187.572	269.081	67.995	42.874	6.625	3.325	1.445	212	9.678	32.907
Não circulante												
Ativo não circulante	107.482	184.950	38.186	44.061	20.749	25.075	2.392	1.555	-	-	3.088	3.014
Passivo não circulante	(8.969)	(8.240)	(19.509)	(17.008)	(50.250)	(21.921)	-	-	-	-	(907)	(1.434)
Ativo não circulante líquido	98.513	176.710	18.677	27.053	(29.501)	3.154	2.392	1.555	-	-	2.181	1.580
Patrimônio líquido	17.600	7.555	206.249	296.134	38.494	46.028	9.017	4.880	1.445	212	11.859	34.487
	EMS Sigma		Legrand		Luxbiotech		Montereseach		Rio Bio Pharmaceuticals		CPM	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado												
Receitas	355.413	314.167	930.606	811.797	138.636	6.388	10.900	5.625	-	-	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	14.187	(993)	319.096	210.867	17.780	(34.268)	(2.316)	(6.937)	(50)	(22.183)	(22.627)	1.101
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(4.140)	425	(103.980)	(70.695)	(2.760)	1.303	-	-	-	-	-	(11)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10.047	(568)	215.116	140.172	15.020	(32.965)	(2.316)	(6.937)	(50)	(22.183)	(22.627)	1.090

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imobilizado

	Controladora						
	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Outros	Obras em andamento (*)	Aeronave	Total
Em 31 de dezembro de 2021	186.351	312.546	27.192	-	164.973	179.868	870.930
Aquisições	30	3.899	2.511	-	132.371	-	138.811
Baixas	-	(902)	(828)	-	(944)	-	(2.674)
Baixa depreciação	-	346	806	-	-	-	1.152
Transferências	14.628	34.483	3.945	-	(53.591)	-	(535)
Depreciação	(4.105)	(21.582)	(2.868)	-	-	(11.580)	(40.135)
Saldo contábil, líquido	196.904	328.790	30.758	-	242.809	168.288	967.549
Em 31 de dezembro de 2022							
Custo	264.259	531.168	60.100	733	242.809	231.715	1.330.784
Depreciação acumulada	(67.355)	(202.378)	(29.342)	(733)	-	(63.427)	(363.235)
	196.904	328.790	30.758	-	242.809	168.288	967.549
Em 31 de dezembro de 2022	196.904	328.790	30.758	-	242.809	168.288	967.549
Aquisições	-	3.201	932	-	118.496	-	122.629
Baixas	(39)	(2.380)	(3.635)	-	(2.934)	-	(8.988)
Baixas (depreciação)	39	2.268	3.548	-	-	-	5.855
Transferências	94.590	127.570	4.410	-	(236.764)	-	(10.194)
Depreciação	(10.278)	(30.496)	(5.003)	-	-	(17.865)	(63.642)
Saldo contábil, líquido	281.216	428.953	31.010	-	121.607	150.423	1.013.209
Em 31 de dezembro de 2023							
Custo	358.849	661.827	65.355	733	121.607	231.715	1.440.086
Depreciação acumulada	(77.633)	(232.874)	(34.345)	(733)	-	(81.292)	(426.877)
	281.216	428.953	31.010	-	121.607	150.423	1.013.209

(*) Obras em andamento referem-se a investimentos para expansão de linhas de produção.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado						
	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Outros	Obras em andamento	Aeronave	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021	190.724	311.592	27.626	-	164.667	179.868	874.477
Aquisições	30	3.899	2.733	-	132.415	-	139.077
Baixas	-	(902)	(838)	-	(944)	-	(2.684)
Baixas depreciação	-	346	815	-	-	-	1.161
Transferências	14.628	34.483	3.945	-	(53.591)	-	(535)
Depreciação	(4.119)	(22.023)	(3.215)	-	-	(11.580)	(40.937)
Saldo contábil, líquido	201.263	327.395	31.066	-	242.547	168.288	970.559
Em 31 de dezembro de 2022							
Custo	270.028	537.850	64.472	733	242.547	231.715	1.347.345
Depreciação acumulada	(68.765)	(210.455)	(33.406)	(733)	-	(63.427)	(376.786)
	201.263	327.395	31.066	-	242.547	168.288	970.559
Em 31 de dezembro de 2022	201.263	327.395	31.066	-	242.547	168.288	970.559
Aquisições	-	3.776	949	-	118.671	-	123.396
Baixas	(39)	(2.380)	(3.979)	-	(2.934)	-	(9.332)
Baixas (depreciação)	39	2.268	3.878	-	-	-	6.185
Transferências	94.590	127.592	4.564	-	(236.939)	-	(10.193)
Depreciação	(10.154)	(30.024)	(5.278)	-	-	(17.838)	(63.294)
Saldo contábil, líquido	285.699	428.627	31.200	-	121.345	150.450	1.017.321
Em 31 de dezembro de 2023							
Custo	364.618	669.106	69.884	733	121.345	231.715	1.457.401
Depreciação acumulada	(78.919)	(240.479)	(38.684)	(733)	-	(81.265)	(440.080)
	285.699	428.627	31.200	-	121.345	150.450	1.017.321

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para “impairment” dos ativos de longo prazo.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não há bens relevantes dados em garantia.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Direito de uso de ativos e passivo de arrendamento

a) Direito de uso de ativos

	Controladora				
	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Equipamentos	Data Center	Total
Em 31 de dezembro de 2021					
Saldo inicial	71.877	39.379	933	-	112.189
Adições e remensurações	45.996	2.493	4.263	-	52.752
Depreciação/ amortização	(16.005)	(18.250)	(1.670)	-	(35.925)
Em 31 de dezembro de 2022	101.868	23.622	3.526	-	129.016
Custo	135.075	97.028	6.653	10.357	249.113
Depreciação acumulada	(33.207)	(73.406)	(3.127)	(10.357)	(120.097)
Saldo contábil, líquido	101.868	23.622	3.526	-	129.016
Em 31 de dezembro de 2022					
Saldo inicial	101.868	23.622	3.526	-	129.016
Adições e remensurações	7.926	56.249	544	-	64.719
Baixas	(6.879)	-	-	-	(6.879)
Depreciação/ amortização	(14.582)	(28.407)	(1.946)	-	(44.935)
Em 31 de dezembro de 2023	88.333	51.464	2.124	-	141.921
Custo	136.122	153.277	7.197	10.357	306.953
Depreciação acumulada	(47.789)	(101.813)	(5.073)	(10.357)	(165.032)
Saldo contábil, líquido	88.333	51.464	2.124	-	141.921
	Consolidado				
	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Equipamentos	Data Center	Total
Em 31 de dezembro de 2021					
Saldo inicial	76.512	43.670	1.054	-	121.236
Adições e remensurações	47.583	5.650	4.358	-	57.591
Baixas	-	(1.264)	-	-	(1.264)
Depreciação/ amortização	(17.019)	(21.890)	(1.697)	-	(40.606)
Em 31 de dezembro de 2022	107.076	26.166	3.715	-	136.957
Custo	142.608	111.666	7.808	10.357	272.439
Depreciação acumulada	(35.532)	(85.500)	(4.093)	(10.357)	(135.482)
Saldo contábil, líquido	107.076	26.166	3.715	-	136.957
Em 31 de dezembro de 2022					
Saldo inicial	107.076	26.166	3.715	-	136.957
Adições e remensurações	7.547	65.636	558	-	73.741
Baixas	(7.943)	(339)	-	-	(8.282)
Depreciação/ amortização	(15.269)	(32.589)	(1.981)	-	(49.839)
Em 31 de dezembro de 2023	91.411	58.874	2.292	-	152.577
Custo	142.212	176.963	8.366	10.357	337.898
Depreciação acumulada	(50.801)	(118.089)	(6.074)	(10.357)	(185.321)
Saldo contábil, líquido	91.411	58.874	2.292	-	152.577

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Passivos de arrendamentos

	Controladora			
	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2021				
Saldo inicial	77.839	38.465	1.541	117.845
Aquisições e remensuração	45.995	2.493	4.264	52.752
Juros incorridos	12.594	3.200	364	16.158
Baixa	-	(1.584)	(579)	(2.163)
Pagamentos	(22.787)	(21.247)	(1.904)	(45.938)
Em 31 de dezembro de 2022	113.641	21.327	3.686	138.654
Circulante				38.347
Não Circulante				100.307
				138.654
Em 31 de dezembro de 2022				
Saldo inicial	113.641	21.327	3.686	138.654
Aquisições e remensuração	7.926	56.249	544	64.719
Juros incorridos	11.849	5.397	298	17.544
Baixa	(9.469)	(3.050)	-	(12.519)
Pagamentos	(22.975)	(32.964)	(2.288)	(58.227)
Em 31 de dezembro de 2023	100.972	46.959	2.240	150.171
Circulante				42.023
Não Circulante				108.148
				150.171
	Consolidado			
	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2021				
Saldo inicial	82.901	43.041	1.678	127.620
Aquisições e remensurações	47.583	5.650	4.358	57.591
Juros incorridos	13.097	1.860	372	15.329
Baixa	-	(3.259)	-	(3.259)
Pagamentos	(24.150)	(24.961)	(1.936)	(51.047)
Em 31 de dezembro de 2022	119.431	22.331	4.472	146.234
Circulante				39.980
Não Circulante				106.254
				146.234
Em 31 de dezembro de 2022				
Saldo inicial	119.431	22.331	4.472	146.234
Aquisições e remensurações	7.547	65.636	558	73.741
Juros incorridos	12.121	6.360	306	18.787
Baixa	(10.686)	(3.759)	-	(14.445)
Pagamentos	(23.879)	(37.880)	(2.331)	(64.090)
Em 31 de dezembro de 2023	104.534	52.688	3.005	160.227
Circulante				46.639
Não Circulante				113.588
				160.227

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2024	42.023	46.506
2025	31.858	35.121
2026	20.391	21.332
2027	18.350	18.716
Acima de 2028	37.549	38.552
	<u>150.171</u>	<u>160.227</u>

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores estrangeiros	77.134	101.860	77.665	102.361
Fornecedores nacionais	181.534	209.465	183.840	210.559
Fornecedores nacionais (risco sacado) (*)	38.129	56.808	38.129	56.808
Fornecedores de serviços	59.762	65.516	63.222	71.163
	<u>356.559</u>	<u>433.649</u>	<u>362.856</u>	<u>440.891</u>

(*) O Grupo possibilita que seus fornecedores, mediante assinatura de termos de adesão, antecipem seus recebíveis com um desconto sobre o valor de face. Essa operação pode ser feita, conforme opção do fornecedor, através de convênios com instituições financeiras. Nesses convênios, conforme acordado, as instituições financeiras antecipam um determinado montante para o fornecedor e recebem, na data de vencimento diretamente pela empresa o montante devido. A decisão de aderir a essa operação é única e exclusivamente do fornecedor. O convênio não altera as características das condições comerciais, prazos e preços anteriormente estabelecidos entre a Empresa e seu fornecedor, e, por este motivo, os saldos a pagar foram mantidos na rubrica "fornecedores". Nessa operação, o fornecedor opta por antecipar sua operação com intermédio da empresa podendo assim reduzir os seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do Grupo (o comprador). Essa operação não incorre em despesas financeiras ao Grupo, e o montante da operação foi realizado integralmente com o Banco Itaú S/A.

18. Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

	Taxa de juros	Vencimento	Controladora e Consolidado	
			31/12/2023	31/12/2022
Debêntures (a)	DI + 1,4% a.a.	Maio/27	224.153	224.757
FINEP (b)	-	Abril/23	-	4.090
BNDES (c)	-	Março/26 à Fevereiro/27	68.857	91.017
FINAME	2,50% a.a e 3% a.a	Janeiro/23 e Fevereiro/23	-	11
Banco Regional de Brasília - financiamento do ICMS (d)	25% do INPC (i)	Dezembro/31	2.121	8.054
			<u>295.131</u>	<u>327.929</u>
Circulante			26.396	31.242
Não Circulante			<u>268.735</u>	<u>296.687</u>
			<u>295.131</u>	<u>327.929</u>

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Em 6 de maio de 2022 a EMS efetuou sua terceira emissão de debêntures em série única de 220.000 debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, (mil Reais) não conversíveis em ações, de espécie quirografária para distribuição pública, com vencimento em 6 de maio de 2027. O pagamento do valor nominal será em três parcelas, sendo a primeira ao final do terceiro ano de data de emissão (6 de maio de 2025), a segunda parcela ao final do quarto ano da data de emissão (6 de maio de 2026) e a terceira parcela ao final do quinto ano da data de emissão, sendo essa em seu vencimento final, com remuneração de 100% da DI + 1,4% a.a., paga semestralmente.
- (b) Refere-se ao custeio parcial das despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação aprovado e disponibilizado pela FINEP, de acordo com o Cronograma de Desembolso. Sobre o principal da dívida incidirão, *pro rata temporis*, juros compostos de TJLP acrescidos de 5% ao ano a título de spread, reduzidos por equalização equivalente a 3% a ano. A EMS possuía carta fiança no valor total de R\$15.174 para coberturas do contrato em questão. O financiamento foi quitado na data do vencimento.
- (c) O saldo refere-se a empréstimos obtidos junto ao BNDES, conforme demonstrado abaixo:

- (i) Contrato de P&D com crédito contratado no valor de R\$75.712 que será liberado em subcréditos conforme prestação de contas. O valor em aberto está em R\$2.840 (R\$4.062 em 31 de dezembro de 2022) com taxa de juros TJLP + 1,75% e 2,25% a.a. e com pagamento final 15/03/2026.
- (ii) Contrato Reconstrução do Almoarifado, financiamento concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, até o valor de R\$81.363, dividido em dois subcréditos conforme prestação de contas:

Subcrédito "A" - no valor de R\$ 43.283 destinado à ampliação e reforma de unidade industrial, incluindo produção de medicamentos líquidos e semissólidos, linhas de embalagens e almoarifado, no município de Hortolândia/SP. Atualmente o saldo em aberto é de R\$26.291 (R\$34.629 em 31 de dezembro de 2022) com taxa de juros IPCA* 1,36% a.a. * 1,79% a.a. com pagamento final 15/02/2027.

Subcrédito "B" - R\$38.080 destinado à implantação de linhas de embalagens no complexo produtivos da EMS, localizado em Hortolândia. Atualmente o saldo em aberto é de R\$24.190 (R\$31.864 em 31 de dezembro de 2022) com taxa de juros IPCA* 2,16 a.a. * 1,79 a.a. com pagamento final 15/02/2027.

- (iii) Contrato Injetáveis Oncológicos, financiamento concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, até o valor de R\$47.823, dividido em dois subcréditos conforme prestação de contas:

Subcrédito "A" - no valor de R\$34.413 (liberado R\$19.077) destinados à implantação de uma planta produtiva de medicamentos injetáveis oncológicos no município de Hortolândia/SP. Atualmente o saldo em aberto é de R\$12.115 (R\$15.957 em 31 de dezembro de 2022) com taxa de juros IPCA* 1,36% a.a. * 1,79% a.a. com pagamento final em 15/02/2027.

Subcrédito "B" - R\$13.410 (liberados R\$5.384) destinado a aquisição de máquinas e equipamentos importados sem similar nacional necessários para execução do projeto. Atualmente o saldo em aberto é de R\$3.420 (R\$4.505 em 31 de dezembro de 2022) com taxa de juros IPCA* 2,16 a.a. * 1,79 a.a. com pagamento final em 15/02/2027.

- (d) Banco Regional de Brasília - BRB - refere-se à concessão do benefício creditício deferido em favor da EMS no âmbito do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF) no montante de até R\$458.638 (valor original).

Cada parcela corresponde ao valor equivalente a 70% do crédito tributário constituído pela incidência do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) originado pela importação de produtos químicos orgânicos e matérias-primas, entre outros, realizadas por estabelecimento da EMS S.A. localizado no Distrito Federal.

O financiamento ocorre através do BRB e tem carência de 300 meses (25 anos) da data de cada parcela liberada, conforme Portaria no 182, de 19 de maio de 2009 - Publicada no DODF no 097, de 21 de maio de 2009. Sobre os valores incide encargos correspondentes a 25% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), sendo que aos encargos apurados nos meses de janeiro a dezembro de cada ano são exigidos no mês de janeiro do ano subsequente.

O financiamento está garantido pelas aplicações em CDBs de emissão do BRB efetuadas pela EMS, as quais são remuneradas por 97% da variação da taxa do CDI, no valor equivalente a 10% do valor de cada parcela liberada do crédito, que somente poderá ser utilizado para quitação total das parcelas finais, o valor da respectiva aplicação financeira era de R\$1.546 em 31 de dezembro de 2023 (R\$1.285 em 31 dezembro de 2022).

Em 2023, por meio de leilão junto ao BRB, a EMS efetuou a movimentação de R\$5.030 para reconhecimento de ganho de subvenção e recebeu a liberação de R\$903 para quitação dos valores junto ao BRB.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantias

A política do Grupo é fornecer garantias financeiras somente para obrigações de suas controladas e coligadas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo figura como fiadora de obrigações assumidas por outra empresa, como segue:

- Lorraine Administradora de Bens e Participações Sociedade Simples Ltda. na captação de financiamento junto a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP no montante de R\$145.203 e prazo de pagamento em 12 de dezembro de 2023.

Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

Determinados contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão sujeitos a certas condições restritivas anuais e, contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia mantenha determinados índices financeiros dentro de parâmetros preestabelecidos, atrelados a liquidez corrente, solvência e cobertura de juros. Na avaliação da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados anualmente foram adequadamente atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A Administração da Companhia fez o acompanhamento das cláusulas de obrigações especiais contidas nestes contratos e entende que não realizou nenhuma ação que descumprisse estas, portanto a Companhia está adimplente em relação às cláusulas restritivas na data dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Os vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures registrados no passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2023 estão assim demonstrados:

	<u>31/12/2023</u>
2024	26.396
2025	95.380
2026	94.436
2027 em diante	<u>78.919</u>
	<u><u>295.131</u></u>

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reconciliação entre movimento de posição financeira e fluxos de caixa de atividades de financiamento

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	327.929	400.516
Itens de fluxo de caixa de atividade de financiamento:		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	245.778
Amortização de empréstimos e financiamentos	(27.040)	(285.644)
Baixa de empréstimos e financiamentos	(5.030)	-
Variação cambial sobre amortização de empréstimo e financiamento	21	(17.051)
Total do fluxo de caixa usado na atividade de financiamento	295.880	343.599
Outros itens		
Despesa com juros e variação cambial	37.647	32.433
Pagamentos de juros e variação cambial	(38.396)	(48.103)
Total de outros itens	(749)	(15.670)
Saldo Final	295.131	327.929

19. Provisão para perdas com processos judiciais e depósitos judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Composição

Nas datas destas demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a processos judiciais:

	Controladora					
	Provisões para perdas com processos judiciais		Depósitos judiciais		Saldo líquido	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributários e cíveis (i)	124.172	64.426	(25.815)	(16.092)	98.357	48.334
Trabalhistas e previdenciárias (ii)	123.482	112.421	(26.981)	(40.563)	96.501	71.858
	247.654	176.847	(52.796)	(56.655)	194.858	120.192

	Consolidado					
	Provisões para perdas com processos judiciais		Depósitos judiciais		Saldo líquido	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributários e cíveis (i)	156.950	93.383	(26.884)	(22.453)	130.066	70.930
Trabalhistas e previdenciárias (ii)	129.020	116.995	(31.889)	(42.000)	97.131	74.995
	285.970	210.378	(58.773)	(64.453)	227.197	145.925

As movimentações das provisões para perdas com processos judiciais estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	176.847	157.524	210.378	182.901
Constituição da provisão	90.192	60.063	95.825	69.059
Atualização monetária	25.457	12.646	27.168	13.669
Reversão/remensuração dos processos	(18.313)	(39.293)	(19.433)	(40.692)
Baixa/pagamento de processos	(26.529)	(14.093)	(27.968)	(14.101)
Reclassificação da operação descontinuada	-	-	-	(458)
Saldo final	247.654	176.847	285.970	210.378

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i) *Processos tributário e cíveis*

Provisões para perdas com processos judiciais (Controladora)		
	31/12/2023	31/12/2022
Tributários (i.2)	37.861	-
Cíveis (i.1)	86.311	64.426
	124.172	64.426

Provisões para perdas com processos judiciais (Consolidado)		
	31/12/2023	31/12/2022
Tributários (i.2)	37.913	-
Cíveis (i.1)	119.037	93.383
	156.950	93.383

(i.1) Refere-se substancialmente a ações cíveis, ajuizadas por consumidores alegando, em síntese, não conformidades em relação aos medicamentos produzidos pela Companhia.

(i.2) Saldo substancialmente representado por Execução Fiscal distribuída pela União Federal, objetivando a cobrança de crédito tributário de IRPJ e CSLL, a qual possui probabilidade de perda provável de R\$ 30.304 em 31 de dezembro de 2023.

ii) *Processos trabalhistas*

A Companhia constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como ré com base em estimativa de perda preparada pelos seus consultores jurídicos, as quais têm como principais pedidos: horas extras, indenizações por acidente de trabalho e responsabilidades subsidiárias de empresas terceirizadas.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, entende não haver riscos significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo sobre seus resultados futuros.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iii) *Perdas possíveis, não provisionadas*

O Grupo tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis (i)	712.521	869.955	723.735	923.187
Tributários (ii)	1.023.469	1.729.430	1.023.469	1.731.832
Trabalhistas	207.739	157.806	225.735	174.505
Tributários - Outros (iii)	673.355	205.450	684.032	209.122
	2.617.084	2.962.641	2.656.971	3.038.646

- (i) Refere-se substancialmente a Ação Popular ajuizada com o objetivo de ver ressarcidos os supostos prejuízos ao Erário, decorrentes de contratos firmados na Parceria de Desenvolvimento de Produto - PDP celebrada entre a EMS, o Instituto Vital Brasil IVB e a UNIÃO.
- (ii) Refere-se substancialmente ao auto de infração lavrado pela Receita Federal que se trata de processo administrativo para cobrança de Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Fins Sociais ("COFINS") e multas isoladas mais encargos, tendo como base suposta ineditabilidade de amortização de ágio na incorporação de empresa que teria reduzido artificialmente a base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Não obstante a regularidade do procedimento adotado, a Fiscalização glosou as despesas de amortização de ágio por ter entendido, em síntese, que não houve propósito negocial para aquisição da participação societária com ágio já que a operação ocorreu "dentro do mesmo grupo econômico".

A Companhia com o apoio de seus consultores tributários especialistas nesta área, classifica como possíveis as chances de êxito uma vez que, ao contrário do alegado pelo Fisco, a operação possuiu forte propósito negocial envolvendo joint venture com empresa estrangeira, estranha ao Grupo econômico, visando o ingresso/consolidação do Grupo no mercado farmacêutico europeu, principalmente pela legislação que trata dos medicamentos em questão ser extremamente aderente a do Brasil. Além disso, as normas contábeis vigentes à época da operação autorizavam a referida amortização nos moldes realizados, e a operação foi realizada dentro da estrita legalidade, sendo que todos os atos foram devidamente registrados e publicados, o que demonstra a inexistência de má fé. A tese defendida pela empresa foi devidamente acolhida pela 1ª Turma do CARF, que quando da análise do caso, cancelou a autuação por maioria dos votos. Em 12 de setembro de 2017 a decisão foi revertida perante a Câmara Superior, após decisão favorável ao recurso especial da Fazenda Nacional, pelo voto de qualidade (nesse cenário, houve o desmembramento do processo para julgamento da multa qualificada pela Câmara Baixa, que deu provimento ao Recurso Voluntário da Companhia, cuja decisão, favorável à empresa, foi confirmada pela Câmara Superior, transitada em julgado no início de 2023). Em 25 de janeiro de 2019, a Companhia obteve decisão judicial, que manteve a decisão proferida pela Câmara Baixa do CARF, que cancelou integralmente a autuação, considerando que o recurso da Fazenda Nacional, não preencheu os requisitos para admissibilidade, a qual foi confirmada pelo Tribunal Regional da 1ª Região em 26 de abril de 2023.

A Companhia, em conjunto com os seus consultores tributários especialistas nesta área, classifica como possível o risco de perda para este caso, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$1.023.469.

- (iii) Refere-se substancialmente ao auto de infração lavrado em 01/11/2017, exigindo o pagamento de R\$ 181 M a título de diferença de IRPJ/CSLL, apurada no período 2011 a 2014, em razão de glosa de despesas consideradas desnecessárias e pagamentos à beneficiários supostamente não-identificados/sem causa. A Companhia com o apoio de seus consultores tributários especialistas nesta área, classifica como possível o risco de perda para este caso, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$262.157.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Incerteza sobre tratamentos tributários

Conforme demonstrado no quadro acima, as autoridades fiscais alegam que a Companhia não atende a todos os critérios para deduzir a amortização do ágio para fins de imposto de renda e contribuição social. A Companhia entende que o ágio surgiu de uma operação com base econômica e, portanto, pode ser utilizado para fins tributários. Nenhum valor foi reconhecido nessas demonstrações financeiras porque a Companhia acredita que a regra tributária utilizada no passado estava em conformidade com a lei aplicável e acredita que é provável que defenda com êxito o tratamento tributário da Companhia em juízo.

A Companhia acredita que suas provisões para passivos fiscais são adequadas para todos os exercícios fiscais com base em sua avaliação de muitos fatores, incluindo interpretações da lei tributária e experiências anteriores.

b.1) Decisão do STF – Temas 881 e 885 da repercussão geral em 8 de fevereiro de 2023

Em decisão tomada no dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir.

A Administração avaliou e concluiu que a Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras.

b.2) Decisão do STJ - Possibilidade de exclusão dos benefícios fiscais de ICMS das bases de cálculo do IRPJ e CSLL.

Em 26 de abril de 2023, a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu por unanimidade e em sede de recurso repetitivo que é impossível excluir os benefícios fiscais relacionados ao ICMS, tais como redução de base de cálculo, redução de alíquota, isenção, diferimento, dentre outros da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, ressalvados os casos em que os contribuintes cumpram as condições do artigo 10 da Lei Complementar nº 160/2017 e artigo 30 da Lei nº 12.973/14, como por exemplo, o registro em reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404/76 e observadas as demais condições para o uso de tais reservas.

A Administração avaliou juntamente com seus assessores jurídicos e concluiu que os efeitos estão adequadamente reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme descrito na nota explicativa 20 (b) (i.1).

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte movimentação e origem em 2023 e 2022:

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2021	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2022	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2023
Provisão para recuperação de impostos	(56.436)	-	(56.436)	14.566	(41.870)
Provisão entre vida útil societaria e fiscal	(43.730)	11.889	(55.619)	(7.588)	(63.207)
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	-	65.438	65.438
Provisão de <i>cut-off</i>	27.660	(18.799)	46.459	(4.198)	42.261
Provisão para obsolescência	18.736	(7.237)	25.973	(6.169)	19.804
Provisão para perdas com processos judiciais	53.558	(9.824)	63.382	13.631	77.013
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	2.732	(3.219)	5.951	765	6.716
Provisão para participação no resultado	10.367	(7.796)	18.163	2.812	20.975
Provisão para amostra grátis	7.317	(3.361)	10.678	(5.792)	4.886
Provisão para locação de veículos	313	(149)	462	294	756
Provisão para variação cambial diferida para fins fiscais	(468)	413	(881)	45	(836)
Arrendamento CPC 06/ IFRS 16	1.923	(1.354)	3.277	(472)	2.805
Outras provisões	21.641	(6.124)	27.765	(11.444)	16.321
Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo	43.613	(45.561)	89.174	61.888	151.062

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2021	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2022	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2023
Provisão para recuperação de impostos	(61.388)	-	(61.388)	19.275	(42.113)
Provisão entre vida útil societaria e fiscal	(43.784)	11.901	(55.685)	(7.596)	(63.281)
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	-	65.438	65.438
Efeito líquido da reversão da receita de produtos faturados e não entregues	31.652	(22.052)	53.704	(10.577)	43.127
Provisão para obsolescência	19.602	(8.349)	27.951	(6.521)	21.430
Provisão para perdas com processos judiciais	62.030	(11.526)	73.556	15.186	88.742
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	3.024	(4.243)	7.267	425	7.692
Provisão para participação no resultado	12.178	(10.501)	22.679	2.203	24.882
Provisão para amostra grátis	7.987	(5.062)	13.049	(5.889)	7.160
Provisão para locação de veículos	431	(241)	672	369	1.041
Provisão para variação cambial diferida para fins fiscais	(493)	380	(873)	73	(800)
Arrendamento CPC 06/ IFRS 16	7.461	(1.643)	9.104	2.904	12.008
Outras provisões	26.658	(12.589)	39.247	(10.626)	28.621
Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo	65.358	(63.925)	129.283	64.664	193.947

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	271.088	313.067	406.738	382.275
Imposto calculado com base em alíquotas de imposto locais - 34%	(92.170)	(106.443)	(138.291)	(129.974)
Inovação tecnológica (P&D) Lei nº 11.196/05 (EMS)	37.551	38.997	37.551	38.997
Subvenção LC 160 /ICMS (i)	69.853	46.108	77.604	46.108
Resultado de equivalência patrimonial	74.063	27.757	(89)	-
Variação cambial	(3.684)	30.644	(3.747)	30.626
Perda efetiva de crédito com clientes	(16.676)	-	(22.038)	-
Outras adições/exclusões permanentes	(9.108)	(38.834)	(2.041)	(56.496)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	59.829	(1.771)	(51.051)	(70.739)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(2.059)	(47.332)	(115.715)	(134.664)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	61.888	45.561	64.664	63.925
Imposto de renda e contribuição social no resultado	59.829	(1.771)	(51.051)	(70.739)
Alíquota efetiva	-19,03%	0,57%	11,92%	18,50%

- (i) Subvenção governamental representada pelo benefício de não oferecer à tributação do Imposto de renda e da Contribuição Social os ganhos relacionados ao benefício fiscal do ICMS concedidos pelo Estado de São Paulo de acordo com a Lei Complementar nº 160 de 2017.

Dos montantes reconhecidos de R\$69.853 e R\$77.604 (base de cálculo R\$205.450 e R\$228.247), controladora e consolidado respectivamente, refere-se aos créditos, substancialmente extemporâneos e parte do próprio ano de 2023, reconhecidos pela Companhia e pela controlada Legrand, a qual para fins de preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas têm seu patrimônio líquido eliminado, desta forma quando comparado ao impacto na Reserva de Incentivos Fiscais (vide nota explicativa 22.c), esse efeito deve ser considerado para conciliação.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i.1) IRPJ e CSLL sobre benefícios de ICMS – Decisão “STJ”:

Referidos créditos extemporâneos foram reconhecidos decorrente do julgamento da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) decidiu por unanimidade e em sede de recurso repetitivo que é impossível excluir os benefícios fiscais relacionados ao ICMS, tais como redução de base de cálculo, redução de alíquota, isenção, diferimento, dentre outros da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, ressalvados os casos em que os contribuintes cumpram as condições do artigo 10 da Lei Complementar nº 160/2017 e artigo 30 da Lei nº 12.973/14, como por exemplo, o registro em reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404/76 e observadas as demais condições para o uso de tais reservas. Em 12 de junho de 2023, foi publicado o inteiro teor do acórdão do Tema 1.182/STJ, o qual expõe e confirma as Teses propostas pelos Ministros do STJ acima descritas. Foi noticiado o ingresso de Embargos de Declaração pelas Partes envolvidas com o intuito de esclarecer potenciais obscuridades presentes no inteiro teor do referido julgamento. É esperado que os Ministros do STJ analisem e julguem tais Embargos de Declaração, para o qual, neste momento, não há data definida.

A Administração realizou a análise do referido processo à luz do arcabouço contábil vigente, sendo dois principais pronunciamentos analisados: (i) ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro; (ii) CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e (iii) CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. As análises levaram em consideração a opinião da Administração e dos especialistas tributários. Após diversas análises e discussões, conclui-se que, o ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro e CPC 32 seriam os pronunciamentos mais aplicáveis a essa situação em específico, pois a matéria trata especificamente de IRPJ e CSLL, ou seja, tributos sobre o lucro.

Tal pronunciamento requer que a Administração avalie se é “mais provável do que não” que o tratamento fiscal adotado será aceito pelas autoridades tributárias. Considerando-se tratar de uma decisão judicial na esfera do STJ, aplicada a todos os demais processos que venham a ser julgados, a Administração concluiu que é mais provável que não que a Companhia possui o direito de efetuar a exclusão dos benefícios fiscais de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) das bases de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) na data de aprovação e emissão dessas demonstrações financeiras e esta conclusão está de acordo com a opinião de nossos assessores jurídicos, dessa forma o reconhecimento desse crédito tributário extemporâneo foi realizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, somado ao efeito do próprio ano de 2023, cujos efeitos nas demonstrações dos resultados foram: (i) imposto de renda e contribuição social diferidos: R\$69.853 e R\$77.604 (base de cálculo R\$205.450 e R\$228.247), controladora e consolidado respectivamente .

Por fim, o Grupo possui duas ações judiciais referentes à tese: (i) uma que tramita perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em nome da Novamed, que se encontra aguardando julgamento em 2ª instância, após sentença integralmente favorável à empresa, e (ii) outra em trâmite perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em nome das demais farmas (EMS, Germed, Legrand e Multilab) e, que se aguarda decisão em 1ª instância.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Imposto de renda e contribuição social a pagar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IRPJ a pagar	-	23.269	7.759	38.717
CSLL a pagar	-	8.969	2.890	14.790
	-	32.238	10.649	53.507

A movimentação do imposto de renda e contribuição social a pagar, é conforme segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	32.238	26.769	53.507	75.546
(+) Provisão IR/CS correntes no exercício	2.059	47.332	115.715	134.664
(-) Compensações com tributos federais (*)	(34.297)	(41.863)	(67.207)	(52.319)
(-) Antecipações/pagamentos no exercício	-	-	(91.366)	(104.384)
(=) Saldo final	-	32.238	10.649	53.507

(*) Compensações realizadas com saldo negativo de IRPJ e CSLL e Pedidos de Ressarcimento de PIS e COFINS.

21. Outras contas a pagar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Antecipações de clientes	45.010	33.729	56.024	33.817
Antecipações de partes relacionadas (nota 28)	11.639	4.840	2.550	4.840
Provisão de terrenos a pagar	12.061	12.061	12.061	12.061
Provisão de serviços de terceiros	760	36.501	824	38.221
Provisão de comissões e bonificações	56.199	42.024	86.765	64.271
Provisão de locação de veículos	5.604	1.357	6.814	1.974
Provisão de despesas com marketing e promoções	4.842	11.450	6.540	20.675
Outras provisões	19.385	15.613	25.034	19.158
	155.500	157.575	196.612	195.017
Circulante	143.439	145.514	184.551	182.956
Não Circulante	12.061	12.061	12.061	12.061

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é 385.736 e 2022 é R\$221.717 composto por 20.000.000 de ações ordinárias sem valor nominal, distribuídas como segue:

<u>Acionista/Quotista</u>	<u>Ações</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
NC Participações S.A.	19.800.000	381.879	219.500
Germed Farmacêutica LDA.	200.000	3.857	2.217
	20.000.000	385.736	221.717

Em 26 de dezembro de 2023, houve um aumento de capital social da EMS mediante a capitalização de reservas de capital no montante de R\$164.019, sem emissões de novas ações.

Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas. Aos titulares das ações será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária brasileira.

b) Reserva de capital

Reserva de incorporação de ágio

Refere-se à contrapartida do ágio incorporado líquido da diferença entre seu valor e o benefício fiscal gerado pela sua amortização, o qual é proveniente da incorporação de ações da sua controladora EMS Investimentos S/A. O saldo de reserva de ágio no montante de R\$ 164.019 foi utilizado para aumento de capita social, sem emissão de novas ações.

c) Reservas de lucros

Reserva de incentivos fiscais

As operações da Companhia estão distribuídas principalmente em estabelecimentos situados em cidades localizadas nos estados de Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Ceará. Como parte representativa das operações da Sociedade está localizada no estado de Espírito Santo e São Paulo, esta é beneficiária de incentivos fiscais promovidos pelo estado.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui subvenção governamental representada pelo benefício creditício decorrente do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRO-DF), concedido em forma de empréstimo subsidiado obtido do Banco Regional de Brasília (BRB). O benefício econômico obtido é contabilizado como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais de acordo com o prazo de vencimento dos referidos empréstimos. Parte substancial do empréstimo foi liquidada e a respectiva receita com subvenção foi reconhecida no resultado do exercício e, posteriormente, transferido para a rubrica incentivo fiscal no patrimônio líquido, como reserva de lucros, em 2014. Em 2016, devido a quitação do Programa Ideas ocorreu a realização de R\$3.003. Contudo a Companhia ainda aguarda a realização do leilão para quitação do valor residual.

A Companhia possui subvenção governamental representada pelo benefício de não oferecer à tributação do Imposto de renda e Contribuição Social os ganhos relacionados ao benefício fiscal do ICMS concedidos pelo Estado de São Paulo de acordo com a Lei Complementar nº 160 em 2017. A partir de agosto de 2021, a Companhia optou por suspender a tratativa da exclusão das demais isenções e reduções de subvenção do ICMS sem contrapartida, mantendo apenas o registro contábil dos benefícios que já haviam sido registrados até julho de 2021 na rubrica Reserva de incentivos fiscais.

Em junho de 2023, foi publicado o inteiro teor do acórdão do Tema 1.182/STJ, o qual expõe e confirma as Teses propostas pelos Ministros do STJ. De acordo com a opinião de nossos assessores jurídicos, dessa forma o reconhecimento desse crédito tributário extemporâneo foi realizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cujos efeitos nas demonstrações dos resultados foram: (i) imposto de renda e contribuição social diferidos: R\$69.853 (base de cálculo R\$205.450).

Além dos crédito tributário extemporâneo reconhecidos, a empresa optou por realizar as tratativas no cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social gerando lançamentos posteriores de R\$ 2.776, totalizando no patrimônio líquido um montante de R\$ 208.226 em reservas de incentivos fiscais.

Reclassificação Reserva de Incentivos Fiscais para Reservas de Lucros

O artigo 30 da Lei nº 12.973/2014 prevê a obrigatoriedade de que as subvenções para investimento sejam destinadas à Reserva de Incentivos Fiscais, que somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital. Apesar disso, baseado na opinião legal dos seus consultores jurídicos, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reclassificou o montante de R\$233.114 dos saldos de reserva de incentivos fiscais para reserva de lucros, referente aos benefícios de crédito presumido de ICMS, uma vez que os créditos presumidos devem ser considerados como subvenção de investimento independente de quaisquer requisitos adicionais e com argumentos que a exigência do IRPJ e CSLL acarretaria violação do pacto federativo e da imunidade recíproca constitucional (art. 150, VI, CF/88), bem como caso fossem tributáveis, haveria a possibilidade de esvaziamento ou redução do incentivo fiscal estadual e, além disso, seria desvirtuado o modelo federativo, que prevê a repartição das competências tributárias entre União, Estados e Municípios, conforme decisão de RESP nº 1.517.492/PR, reiterada no julgamento do tema 1.182 do STJ.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não houve modificação quanto aos programas de incentivos fiscais que a Companhia participa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 quando comparado com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Reserva legal

Constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, com base em 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital acrescido das reservas.

Reserva de lucros

Constituída com o saldo do lucro líquido de 2023 e 2022 após a apropriação dos dividendos, constituição de reserva legal e constituição dos incentivos fiscais. O montante de lucros retidos em anos anteriores foi utilizado para distribuição de lucros, segundo determinado pela Assembleia Geral de Acionistas. O saldo remanescente da reserva de lucros será distribuído para os acionistas no exercício subsequente, conforme aprovação em assembleia.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

No momento da combinação das informações financeiras existem variações de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com moeda funcional diferente da moeda funcional do Grupo. Essa diferença é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Em 2023 houve efeito ativo de conversão de câmbio reconhecidas no patrimônio líquido no montante de R\$237 (R\$6.968 em 2022).

e) Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária, conforme cálculo demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	330.917	311.296	330.917	311.296
(-) Subvenção para investimento	-	(40.691)	-	(40.691)
(-) Reserva legal	(16.546)	-	(16.546)	-
(-) Constituição reserva incentivos fiscais	(208.226)	-	(208.226)	-
Base de cálculo dos dividendos	106.145	270.605	106.145	270.605
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	26.536	67.651	26.536	67.651
Saldo inicial	475.069	528.184	475.253	533.313
Constituição de dividendos	390.623	-	390.623	-
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	26.536	67.651	26.536	67.651
(-) Pagamentos	(213.287)	(120.766)	(213.259)	(125.711)
Total dividendos a pagar - Circulante	678.941	475.069	679.153	475.253

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Receita operacional líquida

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Vendas brutas de produtos deduzindo os abatimentos comerciais	7.430.641	6.411.816	8.191.820	7.110.663
Impostos sobre vendas	(1.113.888)	(1.056.791)	(1.161.735)	(1.123.555)
Devoluções sobre vendas	(181.479)	(249.342)	(201.215)	(280.733)
Receita operacional líquida	6.135.274	5.105.683	6.828.870	5.706.375

24. Abertura de custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Matérias-primas e materiais de consumo	(3.522.687)	(2.750.447)	(3.614.047)	(2.989.721)
Salários e encargos sociais	(868.949)	(743.502)	(940.879)	(803.567)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(310.521)	(297.212)	(307.043)	(320.563)
Custos previdenciários	(227.233)	(190.800)	(244.294)	(203.963)
Custos de publicidade	(197.907)	(141.454)	(235.909)	(158.774)
Despesas de transporte	(154.550)	(122.643)	(179.493)	(144.751)
Amostras	(115.461)	(116.612)	(136.409)	(132.035)
Benefícios previstos em Lei	(85.457)	(72.689)	(90.704)	(76.886)
Outros benefícios a empregados	(102.311)	(79.702)	(110.355)	(85.708)
Viagens/estadias e refeições	(53.027)	(43.683)	(62.365)	(50.352)
Material de limpeza e escritório	(83.911)	(66.565)	(84.246)	(66.719)
Plano de participação nos resultados	(64.473)	(65.350)	(68.934)	(74.766)
Serviços de terceiros - manutenção e reparos	(53.039)	(47.074)	(54.496)	(48.346)
Encargos de depreciação e amortização	(67.029)	(40.135)	(66.110)	(40.937)
Encargos de amortização de direito de uso	(44.935)	(35.925)	(49.839)	(29.664)
Energia elétrica, água e telefone	(20.160)	(20.870)	(20.236)	(20.943)
Combustíveis e lubrificantes	(31.719)	(25.419)	(34.888)	(27.411)
Provisão para perdas com processos judiciais	(71.879)	(33.416)	(76.392)	(96.082)
Comissões sobre vendas	(8.544)	(8.189)	(13.666)	(21.192)
Outras despesas (receitas)	(4.901)	20.325	(18.169)	53.367
Provisão para devolução	(240)	2.893	(92)	3.425
Reversão (provisão) para perdas de valor recuperável do contas a receber	(774)	679	(256)	1.054
Rateio CSI/Holding	77.833	-	65.119	-
Perda efetiva	(19.988)	-	(39.350)	-
Provisão para obsolescência dos estoques	18.146	(56.942)	19.173	(61.836)
Total dos custos e despesas	(6.013.716)	(4.934.732)	(6.363.880)	(5.396.370)
Custo dos produtos vendidos	(4.130.545)	(3.328.390)	(4.220.582)	(3.573.754)
Despesas com vendas	(490.301)	(395.093)	(600.530)	(463.516)
Despesas administrativas	(1.392.870)	(1.211.249)	(1.542.768)	(1.359.100)
	(6.013.716)	(4.934.732)	(6.363.880)	(5.396.370)

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Outras receitas				
Recuperação de impostos (i)	17.426	77.866	22.631	84.738
Baixa de investimento (ii)	2.707	5.452	8.963	5.452
Outras receitas	17.818	31.905	12.475	33.805
	37.951	115.223	44.069	123.995
Outras despesas				
Impostos e taxas	(66.112)	(38.553)	(77.550)	(45.410)
Outras despesas	(2.321)	(6.041)	(2.236)	(7.810)
	(68.433)	(44.594)	(79.786)	(53.220)
	(30.482)	70.629	(35.717)	70.775

(i) Em 2022, refere-se substancialmente a contabilização da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS conforme evidenciado na nota 14, seja na recuperação dos créditos anteriores ao período via processo administrativo, seja na exclusão dos créditos no período corrente.

(ii) Valor é composto substancialmente pela baixa de investimentos em controladas.

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira				
Varição cambial ativa	14.360	132.688	15.504	132.870
Rendimento de aplicação financeira	35.158	31.110	51.508	43.102
Juros de duplicatas a receber	5.833	18.352	8.304	19.960
Outras	15.121	15.477	16.876	15.562
Total da receita financeira	70.472	197.627	92.192	211.494
Despesa financeira				
Juros e variação cambial de empréstimos, financiamentos e debêntures	(37.647)	(32.433)	(37.647)	(32.433)
Varição cambial passiva	(20.873)	(148.587)	(21.346)	(148.689)
Atualização monetária de contingências	(25.457)	(12.646)	(27.168)	(13.669)
Arrendamento IFRS 16 - juros passivos	(17.544)	(16.158)	(18.787)	(15.329)
Outras	(6.772)	2.045	(9.517)	121
Total da despesa financeira	(108.293)	(207.779)	(114.465)	(209.999)
Despesas financeiras, líquidas	(37.821)	(10.152)	(22.273)	1.495

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Lucro por ação - básico e diluído

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias mantidas durante o exercício.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	330.917	311.296
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	20.000	20.000
Lucro básico e diluído por ação - R\$	16,55	15,56

Os lucros básico e diluído por ação são iguais, pois não há ações com possível efeito diluidor.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como as transações que influenciam os resultados dos exercícios, relativas às operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas, as quais foram realizadas em condições definidas por elas e estão assim apresentadas:

ii) Controladora

	31/12/2023									
	Contas a receber	Dividendos a receber	Outras contas a receber e adiantamentos	Fornecedores	Dividendos a pagar	Antecipação de dividendos	Compras	Vendas	Rateio CSI/Holding	Serviços tomados
Multilab Ind. e Com. de Produtos Farm. Ltda.	1.822	-	-	488.732	-	-	518.955	378.083	14.263	-
Snellog Armazéns Gerais e Log. Ltda.	259	-	1.500	9.190	-	-	-	-	-	59.135
Novamed Fabricação Prod. Farm. Ltda.	30.036	-	-	1.706.654	-	-	2.687.448	51.672	37.535	-
Lafiman Distribuidora de Medicamentos Ltda.	36	-	-	-	-	-	-	14.535	-	-
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	4	-	-	119.051	-	-	120.363	276.513	12.714	-
Luxbiotech Farmaceutica Ltda.	25.618	34.972	-	223	-	-	5.237	102.927	-	-
Germed Farmacêutica Ltda.	938	-	-	214.701	-	-	218.555	199.310	13.321	-
Rio Biofarma Brasil	18.621	-	139	-	-	-	-	18.621	-	-
EMS Sigma Pharma Ltda.	305.499	707	-	31	-	-	-	458.156	-	-
Germed Farmacêutica LDA Portugal	-	-	-	-	30.366	-	-	-	-	-
Instituto Vita Nova	-	-	10.000	10.757	-	-	-	-	-	-
NC Participações S.A	484	-	-	-	648.575	-	-	-	-	-
CPM Concessionária Paulista de Medicam. S/A	-	-	-	-	-	5.963	-	-	-	-
Monteresearch Pharmaceutical Development Service	1.782	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1.152	-	-	3.942	-	-	-	-	-	-
	386.251	35.679	11.639	2.553.281	678.941	5.963	3.550.558	1.499.817	77.833	59.135

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022								
	Contas a receber	Dividendos a receber	Outras contas a receber e adiantamentos	Fornecedores	Dividendos a pagar	Outras contas a pagar e adiantamentos	Compras	Prestação de serviços	Vendas
EMS Sigma Pharma Ltda.	244.073	707	-	-	-	-	-	-	309.609
Germed Farmacêutica Ltda.	-	-	-	-	-	-	7.491	-	215.912
Germed Farmacêutica LDA Portugal	-	-	-	-	25.022	-	-	-	-
Innoveren Pharma S/A.	-	-	-	-	-	4.840	-	-	-
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	49.647	-	-	-	-	-	480	-	219.189
Luxbiotech Farmacêutica Ltda.	-	-	12.446	-	-	-	-	-	-
Multilab Indústria e Comércio de Medicamentos Ltda.	8.945	-	-	49.822	-	-	84.445	-	354.662
NC Participações S.A	-	-	-	-	382.580	-	-	-	-
Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda.	5.684	-	-	1.527.599	-	-	2.091.012	-	34.896
Snelllog	-	-	-	3.533	-	-	-	43.524	-
Outros	5.153	-	522	19.483	-	-	-	-	-
	313.502	707	12.968	1.600.437	407.602	4.840	2.183.428	43.524	1.134.268

Os saldos de contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas de produtos diretamente relacionados com as atividades operacionais da Companhia com preços e condições determinados entre as partes e vencem em até 120 dias. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros.

As contas a pagar às partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de compras de produtos diretamente relacionados com as atividades operacionais da Companhia com preços e condições determinados entre as partes e constituição de provisão de dividendos a pagar.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iii) Consolidado

	31/12/2023										
	Outras contas a receber e			Dividendos a pagar	Outras contas a pagar e			Compras	Vendas	Rateio CSI/Holding	Serviços tomados
	Contas a receber	adiantamentos	Fornecedores		adiantamentos	Antecipação de dividendos					
Germed Farmacêutica Ltda.	938	-	220.918	-	-	-	218.555	199.310	13.321	-	
Innoveren Pharma S/A.	-	-	-	-	4.840	-	-	-	-	-	
Multilab Ind. e Com. de Medicamentos Ltda.	2.172	-	572.445	-	-	-	518.955	384.835	14.263	-	
NC Participações S.A	484	-	-	648.787	-	2.550	-	-	-	-	
Novamed Fabricação de Produtos Farm. Ltda.	34.578	-	1.706.654	-	-	-	2.687.448	449.337	37.535	-	
Snellog Armazéns Gerais e Log. Ltda.	259	1.500	9.621	-	-	-	-	-	-	162.271	
Rio Biofarma Brasil	18.621	139	-	-	-	-	-	18.621	-	-	
USK Underskin LLC	1.115	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Instituto Vita Nova	-	10.000	10.757	-	-	-	-	-	-	-	
Germed Farmacêutica LDA Portugal	-	-	-	30.366	-	-	-	-	-	-	
Outros	285	-	11.097	-	-	-	-	-	-	-	
	58.452	11.639	2.531.492	679.153	4.840	2.550	3.424.958	1.052.103	65.119	162.271	

	31/12/2022								
	Outras contas a receber e			Dividendos a pagar	Outras contas a pagar e		Compras	Prestação de serviços	Vendas
	Contas a receber	adiantamentos	Fornecedores		adiantamentos				
Germed Farmacêutica Ltda.	-	-	-	-	-	7.568	-	216.102	
Germed Farmacêutica LDA Portugal	-	-	-	25.022	-	-	-	-	
Innoveren Pharma S/A.	-	-	-	-	4.840	-	-	-	
Multilab Indústria e Comércio de Medicamentos Ltda.	9.516	-	98.884	-	-	123.473	-	364.077	
NC Participações S.A	-	-	-	382.396	-	-	-	-	
Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda.	7.104	-	1.527.975	-	-	2.227.334	-	343.471	
Snellog	-	-	3.546	-	-	-	48.659	-	
USK Underskin LLC	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	9.565	522	19.616	-	-	-	-	-	
	26.185	522	1.650.021	407.418	4.840	2.358.375	48.659	923.650	

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Companhia e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração paga e a pagar ao pessoal chave da Administração, incluindo salários e encargos, participação nos lucros e outros benefícios, representa 4,71% das despesas com folha de pagamento no exercício de 31 de dezembro de 2023 (4,82% em 31 de dezembro de 2022).

29. Seguros

O Grupo em que a Companhia atua mantém apólices globais de seguro de naturezas diversas, contratados com as principais seguradoras do país. Essas apólices foram definidas conforme o programa do Grupo e levaram em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

A cobertura de seguros do Grupo contra riscos operacionais, é de R\$1.040.000 em 2022 (R\$900.000 em 2022), e R\$20.000 para responsabilidade civil (R\$ 10.000 em 2022);

O Grupo não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. Demonstrações dos fluxos de caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais, de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

a) Composição das transações que não envolvem caixa:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Compensação de impostos (IR/CS Corrente)	34.297	41.863	67.207	52.319
Total	<u>34.297</u>	<u>41.863</u>	<u>67.207</u>	<u>52.319</u>

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Eventos subsequentes

Até a data de autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras pela Administração:

a) Pagamento e conclusão da transação de aquisição da marca Dermacyd

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia efetivou a conclusão da transação de aquisição da marca Dermacyd mediante o pagamento do montante de R\$198.432 em 31 de janeiro de 2024.

b) MP 1185/23 convertida na Lei 14.789/23

Em 29 de dezembro de 2023 o Congresso Nacional converteu a MP 1.185/23 na lei 14.789/23. A Lei dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico; altera as Leis nºs 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 14.592, de 30 de maio de 2023, e 14.754, de 12 de dezembro de 2023; e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 12.973, de 13 de maio de 2014.

Nesse contexto, a Administração da Companhia avaliou juntamente com seus assessores jurídicos e concluiu que a partir do exercício de 2024 não será possível proceder com a exclusão das subvenções de ICMS para fins de base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. Com base nesse preceito, a Companhia não irá proceder com nenhuma movimentação nas contas do Patrimônio Líquido a partir de janeiro de 2024.

32. Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 28 de março de 2024.